

Tradução do russo de CN, 03.10.2009 (edição provisória)

História do Partido Comunista da URSS (bolchevique)

Breve curso

Sob redacção da comissão do CC do PCU(b)

Aprovado pelo CC do PCU(b)

1938

Capítulo IV

Os mencheviques e os bolcheviques durante o período da reacção stolipinista. Os bolcheviques constituem-se em partido marxista independente (1908 – 1912)

1. A reacção stolipinista. A desagregação das camadas oposicionistas da intelligentsia. A decadência. A passagem de parte da intelligentsia do partido para o campo dos inimigos do marxismo e a tentativa de revisão da teoria marxista. A réplica de Lênine aos revisionistas no seu livro Materialismo e Empiriocriticismo e a defesa dos fundamentos teóricos do partido marxista.

A II Duma do Estado foi dissolvida pelo governo tsarista em 3 de Junho de 1907. Esta data ficou conhecida na história como o golpe de estado de 3 de Junho. O governo tsarista publicou uma nova lei sobre as eleições para a III Duma do Estado, e com isso violou o seu próprio manifesto de 17 de Outubro de 1905 segundo o qual o governo não poderia aprovar novas leis sem o acordo da Duma. O grupo social-democrata da II Duma foi julgado em tribunal e os representantes da classe operária foram enviados para trabalhos forçados e deportados.

A nova lei eleitoral foi elaborada de modo a aumentar significativamente o número de representantes dos latifundiários e da burguesia comercial e industrial na Duma. Ao mesmo tempo, diminuiu várias vezes o número, já antes pequeno, de representantes dos camponeses e dos operários.

Pela sua composição, esta era a Duma das centúrias negras e dos *kadetes* [democratas-constitucionalistas]. Num total de 442 deputados, 171 eram de direita (centúrias negras), 113 outubristas e membros de grupos aparentados, 101 *kadetes* e membros de grupos afins, 13 *trudoviques* [trabalhistas] e 18 sociais-democratas.

Os deputados da direita (assim chamados porque se sentavam do lado direito da Duma) eram os piores inimigos dos operários e dos camponeses – latifundiários feudais centúrias negras, que tinham organizado açoitamentos e fuzilamentos em massa de camponeses durante a repressão do movimento camponês, organizadores de pogroms de judeus, dos massacres das manifestações operárias e dos bárbaros incêndios de recintos em que decorriam comícios nos dias da revolução. A direita era a favor da mais feroz repressão dos trabalhadores, do poder ilimitado do tsar e contra o manifesto de 17 de Outubro de 1905.

Próximo da direita estava o partido dos outubristas ou União 17 de Outubro. Os outubristas representavam os interesses do grande capital industrial e dos grandes latifundiários que dirigiam as suas explorações de forma capitalista (no início da revolução de 1905, uma parte considerável dos *kadetes* constituída por grandes proprietários rurais tinha-se juntado aos outubristas). A única

diferença que distinguia os outubristas da direita era o facto de reconhecerem – ainda que só em palavras – o manifesto de 17 de Outubro. No entanto, apoiavam inteiramente tanto a política interna como a política externa do governo tsarista.

Os *kadetes*, ou Partido Constitucional-Democrático, dispunham de menos lugares na III Duma do que nas anteriores. Isto explicava-se pelo facto de uma parte dos votos dos latifundiários ter sido transferida para os outubristas.

Na III Duma estava representado um pequeno grupo de democratas pequeno-burgueses designados *trudoviques* [trabalhistas]. Estes oscilavam na Duma entre os *kadetes* e a democracia operária (os bolcheviques). Lénine salientou que, apesar da sua extrema fraqueza na Duma, os *trudoviques* representavam as *massas* camponesas. As suas oscilações entre os *kadetes* e a democracia operária eram uma decorrência inevitável da situação de classe dos pequenos patrões. Lénine colocou a tarefa aos deputados bolcheviques, à democracia operária, de «*ajudar os fracos democratas pequeno-burgueses, tirá-los debaixo da influência dos liberais, consolidar o campo da democracia contra os kadetes contra-revolucionários, e não somente contra a direita*».¹

No decurso da revolução de 1905, e sobretudo depois da sua derrota, os *kadetes* revelaram-se cada vez mais como uma força contra-revolucionária. Tiravam a máscara «democrática» e intervinham como verdadeiros monárquicos defensores do tsarismo. Em 1909, um grupo de eminentes escritores *kadetes* publicou uma colectânea de textos intitulada *Vekhi* [«Etapas»], na qual agradeciam ao tsarismo em nome da burguesia por ter esmagado a revolução. Rebaixando-se servilmente perante o governo tsarista do chicote e da força, os *kadetes* escreviam sem rodeios que se devia «agradecer a este poder, o único que, com as suas baionetas e as suas prisões, ainda nos protege» – isto é, à burguesia liberal – «contra a fúria popular».

Após dissolver a II Duma, e se desembaraçar do grupo social-democrata, o governo tsarista intensificou a liquidação das organizações políticas e económicas do proletariado. Os campos de trabalhos forçados, fortalezas e lugares de deportação encheram-se de revolucionários. Nas prisões eram cruelmente espancados, torturados e martirizados. O terror das centúrias negras lavrava por todo o lado. O país ficou coberto de patíbulo mandados erguer pelo ministro tsarista Stolípine. Milhares de revolucionários foram executados. Naquela época chamavam à força a «gravata de Stolípine».

Mas para esmagar o movimento revolucionário dos operários e camponeses o governo tsarista não podia limitar-se à repressão, às expedições punitivas, aos fuzilamentos, prisões e trabalhos forçados. Via com alarme que a crença ingénua do campesinato no «pai-tsar» estava a desaparecer. Por isso recorreu a uma grande manobra: congeminou criar no campo uma numerosa classe de burguesia rural, os *kulaques*, que lhe forneceriam uma forte base de apoio.

Em 9 de Novembro de 1906, Stolípine publicou uma nova lei agrária sobre a separação dos camponeses das comunas rurais e a criação de quintas. A lei de Stolípine destruiu o regime comunal de utilização da terra. Cada camponês era incentivado a ficar com a sua parcela como propriedade pessoal, separando-se assim da comuna. O camponês podia agora vender a sua terra, algo que antes não tinha direito de fazer. A comuna era obrigada a atribuir a terra num único lugar (quinta, couto) aos camponeses que sáissem da comunidade.

Os camponeses ricos, os *kulaques*, obtiveram assim a oportunidade de comprar a baixo preço as terras dos camponeses de menores recursos. Em alguns anos após a publicação desta lei mais de um milhão de camponeses de fracos recursos perderam a terra e ficaram arruinados. À sua custa aumentou o número de quintas e explorações dos *kulaques*. Estas eram por vezes autênticos domínios que utilizavam em larga escala o trabalho assalariado. O governo obrigava os camponeses a atribuir as melhores terras da comuna às quintas dos *kulaques*.

Se durante a «libertação» da servidão os latifundiários tinham espoliado os camponeses das suas terras, agora eram os *kulaques* que saqueavam as terras comunais, ficando com os melhores solos e comprando a baixo preço as parcelas dos pobres.

¹ «Os partidos políticos na Rússia», publicado no jornal *Névskaia Zvesdá*, de 10 Maio de 1912, V.I. Lénine, *Obras Completas*, ed. cit., Moscovo, 1968, Tomo 21, pág. 285. (N. do T.)

O governo tsarista concedeu grandes empréstimos aos kulaques para a compra de terras e instalação das quintas. Stolipine queria fazer dos kulaques pequenos latifundiários, fiéis defensores da autocracia tsarista.

Em apenas nove anos (de 1906 a 1915), mais de dois milhões de camponeses proprietários de casas separaram-se do regime comunal.

A reforma de Stolipine agravou ainda mais a situação dos camponeses com poucas terras e dos pobres do campo. Acentuou-se a estratificação do campesinato. Começaram os confrontos entre os camponeses e as explorações kulaques.

Ao mesmo tempo, os camponeses começaram a compreender que nunca obteriam as terras dos latifundiários enquanto existisse o governo tsarista e a Duma dos latifundiários-*kadetes*.

Nos anos de maior intensidade da constituição de quintas (1907-1909), o movimento camponês entrou em declínio, porém, logo nos anos de 1910-1911 e seguintes, quando surgiram os confrontos entre os camponeses das comunas e proprietários de quintas, o movimento do campesinato contra os latifundiários e os kulaques voltou a intensificar-se.

Importantes alterações tiveram igualmente lugar na indústria depois da revolução. O processo de concentração industrial, isto é, o aumento da dimensão e concentração nas mãos dos grupos capitalistas cada vez maiores, acentuou-se significativamente. Já antes da revolução de 1905, os capitalistas tinham começado a associar-se em uniões para fazer subir os preços das mercadorias no interior do país, destinando os lucros suplementares para um fundo de fomento das exportações, de modo a permitir exportar mercadorias a preços baixos e assim conquistar mercados estrangeiros. Estas associações e uniões de capitalistas (monopólios) chamavam-se *trusts* e sindicatos. Depois da revolução, o número de *trusts* e sindicatos capitalistas aumentou ainda mais. Aumentou também o número de grandes bancos e bem como o seu papel na indústria, a par do fluxo de capitais estrangeiros para a Rússia.

Deste modo, o capitalismo na Rússia tornou-se cada vez mais um capitalismo monopolista e imperialista.

Depois de vários anos de estagnação, a indústria voltou a reanimar-se: aumentou a extracção de carvão e de petróleo, a actividade siderúrgica, a produção de tecidos e de açúcar. Cresceu fortemente a exportação de trigo.

Apesar de neste período a Rússia ter dado alguns passos em frente na indústria continuava a ser, em comparação com a Europa ocidental, um país atrasado e dependente do capitalismo estrangeiro. Como não existia produção de máquinas e equipamentos industriais era necessário importá-los do estrangeiro. Não existiam igualmente indústrias automobilística ou química, não havia produção de adubos minerais. Na indústria de armamento, a Rússia estava também atrasada em relação a outros países capitalistas.

Apontando o baixo nível de consumo de metais na Rússia como um sinal do seu atraso, Lénine escreveu:

«Meio século depois da libertação dos camponeses, o consumo de ferro na Rússia quintuplicou e, no entanto, a Rússia continua a ser um país incrível e extraordinariamente atrasado, miserável e semi-selvagem, quatro vezes mais mal equipado de instrumentos de produção modernos do que a Inglaterra, cinco vezes pior que a Alemanha e dez vezes pior que os Estados Unidos.»²

A dependência do capitalismo da Europa ocidental, tanto por parte do capitalismo russo como do próprio tsarismo, era uma consequência directa do atraso económico e político da Rússia.

Isto traduzia-se no facto de os ramos mais importantes da economia nacional como o carvão, o petróleo, a indústria eléctrica e a metalurgia estarem nas mãos do capital estrangeiro, e de a Rússia necessitar de importar quase todas as máquinas e equipamentos industriais.

Isto traduzia-se em empréstimos leoninos estrangeiros, cujos juros eram pagos pelo tsarismo com as muitas centenas de milhões de rublos que anualmente extorquia à população.

² «Como aumentar o consumo per capita na Rússia?», publicado no jornal *Sévernaia Pravda*, n.º 3, de 3 de Agosto de 1913, V.I. Lénine, *ed. cit.*, Moscovo, 1973, Tomo 23, pág. 360. (*N. do T.*)

Isto traduzia-se em tratados secretos com os «aliados», nos quais o tsarismo se comprometia em caso de guerra a enviar milhões de soldados russos para as frentes imperialistas, para os apoiar e garantir os exorbitantes lucros dos capitalistas anglo-franceses.

Os anos da reacção de Stolipine ficaram especialmente marcados pelo banditismo das incursões de gendarmes e polícias, de provocadores tsaristas e das centúrias negras contra a classe operária. Mas não eram só os esbirros tsaristas que reprimiam os operários. Neste aspecto os patrões das fábricas e empresas não lhes ficavam atrás, tendo intensificado a ofensiva contra a classe operária especialmente durante os anos da estagnação industrial e do aumento do desemprego. Os patrões declaravam despedimentos em massa (*lock-out*) e criavam «listas negras» onde inscreviam os operários conscientes que tinham participado activamente nas greves. Os que figuravam nestes «livros» ou «listas negras» não eram admitidos em nenhuma das empresas pertencentes à associação patronal do respectivo ramo industrial. Os salários foram reduzidos logo em 1908 de 10 a 15 por cento. A jornada de trabalho foi prolongada em todo o lado para 10-12 horas. Voltou a florescer o sistema espoliador de multas.

A derrota da revolução de 1905 provocou a desagregação e desmoralização dos «companheiros de viagem» da revolução. A dissolução e a decadência acentuaram-se particularmente entre a *intelligensia*. Os «companheiros de viagem», vindos dos meios burgueses para as fileiras da revolução no período de ascenso revolucionário, afastaram-se do partido no período da reacção. Uma parte passou-se para o campo dos inimigos declarados da revolução, outra parte infiltrou-se nas associações legais sobreviventes da classe operária, e empenharam-se em desviar o proletariado da via revolucionária e desacreditar o partido revolucionário do proletariado. Afastando-se da revolução, os «companheiros de viagem» procuraram adaptar-se à reacção e acomodar-se ao tsarismo.

O governo tsarista aproveitou a derrota da revolução para transformar os mais cobardes e interesseiros «companheiros de viagem» em seus agentes provocadores. Estes canalhas judas-provocadores, que a *okhranka* tsarista infiltrava nas organizações operárias e no partido, espiavam no interior e denunciavam os revolucionários.

A ofensiva da contra-revolução decorria também na frente ideológica. Surgiu toda uma horda de escritores da moda, que «criticavam» e se «divorciavam» do marxismo, que cuspiam na revolução, escarneciam dela, exaltando a traição e elogiando a depravação sexual sob a capa do «culto da individualidade».

No domínio da filosofia, intensificaram-se as tentativas de «crítica» e de revisão do marxismo, surgindo igualmente todo o tipo de correntes religiosas, dissimuladas com pretensos argumentos «científicos».

A «crítica» do marxismo tornou-se uma moda.

Todos estes senhores, não obstante a sua diversidade, tinham um objectivo comum: desviar as massas da revolução.

A decadência e o cepticismo atingiam também uma parte dos intelectuais do partido que se consideravam marxistas embora nunca tivessem defendido firmemente as posições do marxismo. Entre estes estavam escritores como Bogdánov, Bazárov,³ Lunatchárski⁴ (que se tinham juntado

³Vladímir Aleksándrovitch Bazárov, verdadeiro apelido Rudnev, (1874-1939), filósofo e economista russo, torna-se social-democrata em 1896, bolchevique entre 1904 e 1907. Menchevique até 1919, foi membro do *presidium* do Gosplan da URSS (1921) e trabalhou na Direcção Central de Estatísticas. É arguido no processo do «Bureau Nacional do POSDR (menchevique)» e condenado em 1930 a cinco anos de prisão. (*N. do T.*)

⁴Anatóli Vassílievitch Lunatchárski (1875-1933), membro do partido em 1895-1907 e a partir de 1917. Juntou-se aos bolcheviques em 1903 mas afasta-se em 1907, vindo a ser readmitido no partido em 1917 juntamente com o grupo dos «inter-regionais». Membro do conselho de redacção do *Pravda* desde 1913, participou nas revoluções de 1905 e 1917. Escritor com uma vasta obra publicada, foi ministro da Educação entre 1917 e 1929, destacando-se como um dos organizadores e teóricos do sistema soviético de educação superior e técnico-profissional. Atraído pela actividade diplomática, foi designado em 1933 representante plenipotenciário da URSS em Espanha. Durante a viagem adoece, falecendo pouco depois. (*N. do T.*)

aos bolcheviques em 1905), Iuchkévich⁵ e Valentínov⁶ (mencheviques). A sua «crítica» dirigia-se em simultâneo tanto contra os fundamentos filosófico-teóricos do marxismo, isto é, contra o materialismo dialéctico, como contra seus fundamentos histórico-científicos, isto é, contra o materialismo histórico. Esta crítica distinguia-se da que era feita habitualmente pelo facto de não se exprimir aberta e honestamente, mas de forma velada e hipócrita, sob a bandeira da «defesa» das principais posições do marxismo. Nós, diziam estes «críticos», somos essencialmente marxistas, mas queremos «melhorar» o marxismo, libertá-lo de algumas teses fundamentais. Embora em palavras negassem a sua hostilidade ao marxismo e continuassem a declarar-se fingidamente marxistas, eram na realidade hostis ao marxismo, já que tentavam socavar os seus fundamentos teóricos. O perigo desta crítica hipócrita residia no facto de ter sido concebida para enganar os militantes de base do partido, e poder induzi-los em erro. E quanto mais dissimulada era esta crítica aos fundamentos teóricos do marxismo, tanto mais perigosa se tornava para o partido, uma vez que mais estreitamente concorria para a campanha geral da reacção contra o partido e contra a revolução. Uma parte dos intelectuais que se havia afastado do marxismo (os chamados «pesquisadores de Deus» ou «construtores de Deus») chegou ao ponto de pregar a necessidade de criar uma nova religião.

Perante os marxistas colocava-se a tarefa inadiável de dar a devida réplica a estes degenerados no domínio da teoria do marxismo, desmascará-los até ao fim, defendendo desse modo os fundamentos teóricos do partido marxista.

Era admissível esperar que Plekhánov e os seus amigos mencheviques, que se consideravam a si próprios como «teóricos célebres do marxismo», se encarregassem desta tarefa. Porém, preferiram escrever um par de artigos insignificantes de carácter crítico-satírico, unicamente para manter as aparências, e depois esconder-se na moita.

Esta tarefa foi realizada por Lénine no seu célebre livro *Materialismo e Empiriocriticismo*, publicado em 1909.

«*Em menos de seis meses*» – escreveu Lénine nesta obra – «*apareceram quatro livros dedicados principal e quase inteiramente a atacar o materialismo dialéctico. Trata-se, em primeiro lugar, dos Ensaios sobre (? devia dizer-se: contra) a Filosofia do Marxismo, São Petersburgo, 1908, colectânea de artigos de Bazárov, Bogdánov, Lunatchárski, Berman, Guélfond, Iuchkévitch e Suvórov; depois dos livros: de Iuchkévitch, Materialismo e Realismo Crítico; de Berman, A Dialéctica à Luz da Moderna Teoria do Conhecimento; de Valentínov, As Construções Filosóficas do Marxismo.*

«(...) *Todas estas pessoas, unidas – apesar das profundas divergências das suas opiniões políticas – pela hostilidade ao materialismo dialéctico, pretendem ao mesmo tempo que são marxistas em filosofia! A dialéctica de Engels é uma “mística”, diz Berman. As concepções de Engels tornaram-se “antiquadas” – exclama Bazárov de passagem, como qualquer coisa que é evidente: o materialismo é assim refutado pelos nossos ousados guerreiros, que orgulhosamente se referem à “teoria contemporânea do conhecimento”, à “filosofia moderna” (ou ao “positivismo moderno”), à “filosofia das ciências da natureza contemporâneas”, ou mesmo à “filosofia das ciências da natureza do século XX”.*»⁷

⁵Pável Solomónovitch Iuchkévich (1873-1945), filósofo russo neopositivista e publicista. Menchevique, participou na revolução de 1905-1907. Em 1919 afasta-se da actividade política. Em 1922 torna-se colaborador do Instituto Marx e Engels, em Moscovo, dedicando-se à tradução de obras filosóficas até 1930. (N. do T.)

⁶ Nikolai Vladislávovitch Valentínov, verdadeiro apelido Volski, (1897-1964), inicia a actividade revolucionária em 1897 em Petersburgo, sofre várias prisões e deportações e vive na clandestinidade entre 1904 e 1908. Publicista, autor de vários livros, trabalha após a Revolução de Outubro como redactor principal do jornal do Conselho Superior da Economia Nacional, *Torgovo-Promichlenaia Gazeta*. Em 1928 é enviado em missão para Paris, onde decide ficar até ao fim da sua vida, colaborando activamente com os círculos anti-soviéticos de emigrados e órgãos ocidentais. (N. do T.)

⁷ V.I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo, Notas Críticas sobre uma Filosofia Reaccionária*, Edições «Avante!», Lisboa, 1982, pág. 13. (N. do T.)

Respondendo a Lunatchárski que, em defesa dos seus amigos revisionistas em filosofia, disse: «talvez estejamos extraviados, todavia procuramos», Lénine escreveu:

«*Quanto a mim, sou também um “procurador” em filosofia. Mais precisamente: nas presentes notas coloquei a mim próprio a tarefa de descobrir onde é que se desencaminharam as pessoas que nos oferecem, sob a aparência de marxismo, algo de incrivelmente embrulhado, confuso e reaccionário.*»⁸

Na realidade, porém, o livro de Lénine ultrapassou de longe os limites desta modesta tarefa. De facto, este livro não é apenas uma crítica a Bogdánov, Iuchkévitich, Bazárov, Valentínov e aos seus ídolos filosóficos, Avenarius e Mach, que tentaram propor nas suas obras um refinado e polido idealismo em contraposição ao materialismo marxista. O livro de Lénine constitui, além disso, uma defesa dos fundamentos teóricos do marxismo – do materialismo dialéctico e do materialismo histórico –, e uma generalização materialista das descobertas mais importantes e essenciais da ciência em geral e, sobretudo, das ciências da natureza, durante todo um período histórico, desde a morte de Engels até ao aparecimento da obra *Materialismo e Empiriocriticismo*.

Depois de criticar severamente os empiriocriticistas russos e os seus mestres estrangeiros, Lénine chega no seu livro às seguintes conclusões contra o revisionismo teórico-filosófico:

1) «*Uma falsificação cada vez mais subtil do marxismo, uma apresentação cada vez mais subtil das doutrinas antimaterialistas sob o disfarce de marxismo – eis o que caracteriza o revisionismo moderno contemporâneo tanto em economia política como nas questões de táctica, tanto em filosofia em geral como em gnosiologia e em sociologia.*»⁹

2) «*Toda a escola de Mach e Avenarius avança cada vez mais definidamente para o idealismo.*»¹⁰

3) «*Os nossos machistas atolaram-se todos no idealismo.*»¹¹

4) «*Não se pode deixar de ver, por trás da escolástica gnosiológica do empiriocriticismo, a luta dos partidos em filosofia, luta que em última análise exprime as tendências e a ideologia das classes inimigas da sociedade moderna.*»¹²

5) «*O papel objectivo, de classe, do empiriocriticismo reduz-se inteiramente a servir fielmente os fideístas*¹³ *na sua luta contra o materialismo em geral e contra o materialismo histórico em particular.*»¹⁴

6) A «*filosofia idealista é simplesmente a antecâmara do clericalismo directo.*»¹⁵

Para se avaliar a enorme importância desta obra na história do nosso partido e se compreender qual a riqueza teórica defendida por Lénine contra todos e quaisquer revisionistas e degenerados do período da reacção de Stolípine, precisamos de nos deter, ainda que brevemente, nos fundamentos do materialismo dialéctico e histórico.

Isto é tanto mais necessário quanto o materialismo dialéctico e histórico são a base teórica do comunismo, os alicerces teóricos do partido marxista, constituindo por isso a sua aprendizagem um dever de cada militante activo do nosso partido.

Assim:

1) O que é o materialismo dialéctico?

2) O que é o materialismo histórico?

⁸ Idem, ibidem, pág. 14. (N. do T.)

⁹ Idem, ibidem, pág. 250. (N. do T.)

¹⁰ Idem, ibidem, pág. 271. (N. do T.)

¹¹ Idem, ibidem, pág. 261. (N. do T.)

¹² Idem, ibidem, pág. 271. (N. do T.)

¹³ Reaccionários que dão primazia à fé face à ciência. (Nota da edição soviética)

¹⁴ V.I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, ed. cit., pág. 271. (N. do T.)

¹⁵ Idem, ibidem, pág. 257. (N. do T.)

2. Sobre o materialismo dialéctico e o materialismo histórico.

O materialismo dialéctico é a concepção do mundo do partido marxista-leninista. Chama-se materialismo dialéctico porque a sua concepção, o seu método de estudo e de conhecimento dos fenómenos da natureza é *dialéctico*, e a sua interpretação, o seu conceito, a sua teoria dos fenómenos da natureza é *materialista*.

O materialismo histórico é a aplicação das teses do materialismo dialéctico ao estudo da vida da sociedade e dos seus fenómenos, ao estudo da sociedade e da sua história.

Ao caracterizarem seu método dialéctico, Marx e Engels referem com frequência Hegel como o filósofo que formulou as linhas fundamentais da dialéctica. Porém isto não significa que a dialéctica de Marx e Engels seja idêntica à dialéctica hegeliana. Na realidade, Marx e Engels apenas aproveitaram da dialéctica de Hegel o seu «elemento racional», rejeitando a casca idealista hegeliana e desenvolvendo subsequentemente a dialéctica para lhe conferirem a forma científica actual.

«*O meu método dialéctico é, pela base, não apenas diverso do de Hegel mas o seu directo oposto. Para Hegel, o processo do pensamento — que ele transforma mesmo num sujeito autónomo sob o nome de Ideia — é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenómeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal [das Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem.*»¹⁶

Ao caracterizarem o seu materialismo, Marx e Engels referem-se com frequência a Feuerbach como o filósofo que restaurou os direitos do materialismo. Porém isto não significa que o materialismo de Marx e Engels seja idêntico ao materialismo de Feuerbach. Na realidade, Marx e Engels apenas aproveitaram do materialismo de Feuerbach o seu «elemento fundamental», desenvolvendo-o subsequentemente numa teoria científico-filosófica do materialismo e rejeitando os seus sedimentos idealistas e ético-religiosos. Sabe-se que Feuerbach, que era no fundamental um materialista, se insurgiu contra a designação de materialismo. Engels declarou mais do uma vez que Feuerbach «*permaneceu, apesar da “base” [materialista], preso nos laços idealistas tradicionais*»¹⁷, e que «*o efectivo idealismo de Feuerbach vem à luz do dia logo que chegamos à sua filosofia da religião e ética.*»¹⁸

A palavra dialéctica vem do grego *dialektikê*, que significa conversar ou polemizar. Na antiguidade dialéctica significava a arte de alcançar a verdade mediante a identificação das contradições no raciocínio do oponente e a superação dessas contradições. Alguns filósofos da antiguidade consideravam que a revelação das contradições do pensamento e o confronto de opiniões opostas constituía o melhor meio para descobrir a verdade. Este método dialéctico de pensamento, que mais tarde foi aplicado aos fenómenos da natureza, transformou-se no método dialéctico de conhecimento da natureza, o qual considerava que os fenómenos da natureza estão em perpétuo movimento e mudança, e que o desenvolvimento da natureza é o resultado do desenvolvimento das contradições nela existentes, o resultado da acção recíproca das forças opostas na natureza.

Na sua base a dialéctica é o directo oposto da metafísica.

1) O método dialéctico marxista caracteriza-se pelos seguintes traços principais:

a) Contrariamente à metafísica, a dialéctica concebe a natureza não como uma acumulação accidental de objectos e fenómenos, desligados e isolados uns dos outros e não dependentes entre si, mas como um todo interligado e uno, onde os objectos e os fenómenos se encontram organicamente ligados, dependem uns dos outros e se condicionam uns aos outros.

¹⁶ Karl Marx, «Posfácio à Segunda Edição Alemã (1872) do Primeiro Volume de *O Capital*», 1873, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!», Lisboa, 1982, Tomo II, pág. 102. (*N. do T.*)

¹⁷ Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1985, Tomo III, pág. 394. (*N. do T.*)

¹⁸ Idem, *ibidem*, pág. 396. (*N. do T.*)

Por isso o método dialético considera que nenhum fenómeno da natureza pode ser compreendido se tomado isoladamente, desligado dos fenómenos circundantes, uma vez que qualquer fenómeno, em qualquer domínio da natureza, pode converter-se num absurdo se for considerado fora das condições que o rodeiam, desligado delas. Inversamente qualquer fenómeno pode ser compreendido e justificado se for considerado na sua ligação indissolúvel aos fenómenos circundantes, na sua condicionalidade dos fenómenos circundantes.

b) Contrariamente à metafísica, a dialéctica não concebe a natureza como um estado de quietude e imobilidade, de estagnação e imutabilidade, mas como um estado de um permanente movimento e mudança, de incessante renovação e desenvolvimento, onde há sempre algo que surge e se desenvolve e algo se destrói e se extingue.

Por isso o método dialético exige que os fenómenos sejam considerados não só do ponto de vista do seu relacionamento e condicionamento recíprocos, mas também do ponto de vista do seu movimento, das suas mudanças e do seu desenvolvimento, do ponto de vista do seu surgimento e da sua extinção.

Para o método dialético é importante antes de mais nada não o que em dado momento parece estável, apesar de já ter começado a desvanecer-se, mas o que surge e se desenvolve, mesmo que em dado momento pareça instável, uma vez que para ele só o que surge e se desenvolve é inelutável.

«*Toda a natureza*», afirma Engels, «*desde as suas partículas mais minúsculas até aos seus corpos mais gigantescos, do grão de areia aos sóis, do protozoário¹⁹ ao homem, está num eterno surgir e perecimento, num fluxo ininterrupto, em incessante movimento e mudança.*»²⁰

Por isso, diz Engels, a dialéctica «*compreende as coisas e os seus reflexos conceptuais essencialmente na sua conexão, na sua concatenação, no seu movimento, no seu surgir e perecer*».²¹

c) Contrariamente à metafísica, a dialéctica considera o processo de desenvolvimento dos fenómenos não como um simples processo de crescimento, no qual as mudanças quantitativas não conduzem a mudanças qualitativas, mas como um desenvolvimento que passa das mudanças quantitativas insignificantes e ocultas às mudanças manifestas e radicais, às mudanças qualitativas, e no qual as mudanças qualitativas não se produzem gradualmente, mas rápida e subitamente, por saltos de um para outro estado, não se produzem fortuitamente, mas regularmente em resultado da acumulação de uma série de mudanças quantitativas imperceptíveis e graduais.

Por isso o método dialético entende que o processo de desenvolvimento deve ser entendido não como um movimento circular, não como uma simples repetição do passado, mas como um movimento progressivo, um movimento ascendente, como a passagem do estado qualitativo antigo para um estado qualitativo novo, como um desenvolvimento do simples para o complexo, do inferior ao superior.

«*A Natureza*» – afirma Engels – «*é a prova da dialéctica, e temos de dizer da ciência moderna da Natureza que ela forneceu para esta prova um material extremamente rico e que cresce de dia para dia, e que deste modo provou que na Natureza, em última instância, as coisas se processam dialéctica e não metafisicamente, que ela não se move na monotonia eterna de um ciclo permanentemente repetido, que passa, antes, por uma história real. Aqui há que mencionar Darwin antes de qualquer outro, que vibrou na concepção metafísica da Natureza o golpe mais poderoso com a sua demonstração de que toda a Natureza orgânica de hoje plantas e animais e*

¹⁹ Célula viva primigénia. (Nota da edição soviética)

²⁰ Friedrich Engels, *A Dialéctica da Natureza*, K. Marx e F. Engels *Obras* (em russo), 2ª edição, Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do PCUS, Gossudárstvenoe Izdatelstvo Politítchekoi literaturi, Moscovo, 1961, Tomo 20, pág. 354. (N. do T.)

²¹ Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico Ao Socialismo Científico*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1985, Tomo III, pág.145. (N. do T.)

com eles também o homem, é o produto de um processo de desenvolvimento continuado ao longo de milhões de anos.»²²

Caracterizando o desenvolvimento dialéctico como a transição das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas, Engels afirma:

«Em física (...) qualquer modificação é uma conversão da quantidade em qualidade, uma consequência da alteração quantitativa da quantidade de movimento inerente ao corpo ou transmitida ao corpo, qualquer que seja a forma. Assim, por exemplo, o grau de temperatura da água é inicialmente indiferente relativamente à sua liquidez; mas se aumentarmos ou diminuirmos a temperatura da água líquida, chega-se a um ponto em que este estado de coesão se modifica e a água se transforma, num caso, em vapor, e no outro, em gelo. (...) Assim, é necessário uma intensidade mínima de corrente para levar à incandescência o fio de platina; assim, cada metal tem a sua temperatura de incandescência e de fusão, cada líquido, o seu ponto de congelação e o seu ponto de ebulição, fixos para uma determinada pressão – na medida em que os meios de que dispomos nos permitam produzir a temperatura necessária; assim, por fim, cada gás tem também o seu ponto crítico, no qual a pressão e o arrefecimento o tornam líquido. Numa palavra, as chamadas constantes da física²³ não são na sua maioria outra coisa que a designação de pontos nodais, em que uma adição ou uma subtracção quantitativas de movimento provocam no estado do corpo em questão uma modificação qualitativa, em que, por consequência, quantidade se transforma em qualidade.»²⁴

Passando mais adiante à química, Engels prossegue:

«Podemos definir a química como a ciência das mudanças qualitativas dos corpos que se produzem na sequência de uma composição quantitativa modificada. Isto, o próprio Hegel já o sabia (...) Tomemos o oxigénio: se em vez de dois átomos habituais se unirem três átomos para formar uma molécula, temos o ozono, corpo que pelo seu odor e seus efeitos se distingue de um modo muito definido do oxigénio normal. E que dizer das proporções diferentes nas quais o oxigénio se combina com o azoto ou com o enxofre, e de que cada uma produz um corpo qualitativamente diferente de todos os outros.»²⁵

Por último, criticando Dühring, que apesar de invectivar Hegel se apropria sub-repticiamente da sua conhecida tese segundo a qual a passagem do reino da insensibilidade para o reino das sensações, do mundo inorgânico para o mundo da vida orgânica, constitui um salto para um novo estado, Engels observa:

«É, em absoluto, a linha nodal hegeliana de relações de medida, em que uma adição ou uma subtracção puramente quantitativas produzem, em determinados pontos, um salto qualitativo, como é, por exemplo, o caso da água que se aquece ou esfria, em que o ponto de ebulição e o ponto de congelação são os nós em que, à pressão normal, se produz uma mudança brusca para um novo estado de agregação, em que, por consequência, quantidade se transforma em qualidade».²⁶

d) Contrariamente à metafísica, a dialéctica parte do facto de que os objectos e os fenómenos da natureza encerram contradições internas, dado que todos têm o seu lado positivo e o seu lado negativo, o seu passado e o seu futuro, a sua caducidade e o seu desenvolvimento; de que a luta de opostos, a luta entre o velho e o novo, entre o que perece e o que nasce, entre o que caduca e o que se desenvolve, constitui o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da transformação das alterações quantitativas em qualitativas.

Por isso o método dialéctico considera que o processo de desenvolvimento do inferior ao superior decorre não por via da evolução harmoniosa dos fenómenos, mas sim através da revelação

²² Idem, ibidem. pág. 145. (N. do T.)

²³ Ponto de transição de um para o outro estado. (Nota da edição soviética)

²⁴ F. Engels, *A Dialéctica da Natureza*, ed. cit., Moscovo, 1961, Tomo 20, pág. 387. (N. do T.)

²⁵ Idem, Ibidem. pág. 387. (N. do T.)

²⁶ Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, Marx e Engels, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1961, Tomo 20, pág. 44. (N. do T.)

das contradições inerentes aos objectos e aos fenómenos, por via da «luta» entre as tendências opostas que agem na base destas contradições.

«No sentido próprio» – afirma Lénine – «a dialéctica é o estudo da contradição na própria essência dos objectos».²⁷

E mais adiante:

«Desenvolvimento é "luta" dos opostos.»²⁸

São estes resumidamente os traços fundamentais do método dialéctico marxista.

Não é difícil compreender qual a enorme importância da generalização dos princípios do método dialéctico ao estudo da vida social, ao estudo da história da sociedade, qual a enorme importância da sua aplicação à história da sociedade e à acção prática do partido do proletariado.

Se não existem fenómenos isolados no mundo, se todos os fenómenos estão ligados entre si e se condicionam mutuamente, torna-se claro que qualquer regime social e qualquer movimento social na história deve ser avaliado não do ponto de vista da «justiça eterna» ou de qualquer outra ideia preconcebida, como fazem muitas vezes os historiadores, mas do ponto de vista das condições que geraram esse regime e esse movimento social e às quais estão ligados.

O regime escravagista é nas condições actuais um disparate absurdo e antinatural. Porém, nas condições do regime comunitário primitivo em decomposição, o regime escravagista é um fenómeno perfeitamente compreensível e natural, já que significa um passo em frente em comparação com o regime comunitário primitivo.

A exigência da instauração da república democrático-burguesa nas condições do tsarismo e da sociedade burguesa, por exemplo na Rússia de 1905, foi uma reivindicação perfeitamente compreensível, correcta e revolucionária, uma vez que a república burguesa significava então um passo em frente. Mas a exigência da república democrático-burguesa nas presentes condições seria absurda e contra-revolucionária, uma vez que a república burguesa, em comparação com a República Soviética, significa um passo atrás.

Tudo depende das condições, do lugar e do tempo.

É evidente que sem esta concepção *histórica* dos fenómenos sociais a existência e o desenvolvimento da ciência histórica são impossíveis, uma vez que só uma tal concepção impede a ciência histórica de se transformar num caos de acontecimentos fortuitos e num amontoado de erros ridículos.

Prossigamos. Se o mundo está em incessante movimento e desenvolvimento, se a lei deste desenvolvimento é a agonia do que é velho e o crescimento do que é novo, então é claro que não há regimes sociais «inabaláveis», «princípios eternos» da propriedade privada e da exploração ou «ideias eternas» de submissão dos camponeses aos latifundiários e dos operários aos capitalistas.

Isto significa que o regime capitalista pode ser substituído pelo regime socialista, tal como o regime capitalista substituiu no seu tempo o regime feudal.

Isto significa que devemos orientarmo-nos não para aquelas camadas da sociedade que esgotaram o seu potencial de desenvolvimento, muito embora representem no momento actual a força dominante, mas para as camadas sociais que se desenvolvem e têm futuro, apesar de não representarem no momento actual a força dominante.

Na década de 80 do século XIX, na época da luta dos marxistas contra os populistas, o proletariado da Rússia representava uma minoria ínfima em comparação com os camponeses individuais, que constituíam a imensa maioria da população. Porém, o proletariado estava a desenvolver-se como classe, enquanto o campesinato se desagregava como classe. E foi precisamente porque estava a desenvolver-se como classe que os marxistas se orientaram para o proletariado. E não se enganaram, já que, como se sabe, o proletariado, que era uma força pouco importante, tornou-se depois numa força histórica e política de primeira ordem.

²⁷ «Conspecto do livro de Hegel *Lições Sobre a História da Filosofia*», V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, Edições «Avante!», Lisboa, 1989, Tomo VI, pág. 220. (*N. do T.*)

²⁸ «*Sobre a questão da dialéctica*», V.I. Lénine, ed. cit., Lisboa, 1989, Tomo VI, pág. 299. (*N. do T.*)

Isto significa que para não se errar em política, é preciso olhar para a frente e não para trás.

Prossigamos. Se a passagem das mudanças quantitativas lentas às mudanças qualitativas rápidas e bruscas constitui uma lei do desenvolvimento, então é claro que as transformações revolucionárias realizadas pelas classes oprimidas constituem um fenómeno absolutamente natural e inevitável.

Isto significa que a passagem do capitalismo ao socialismo, e a emancipação da classe operária do jugo capitalista, pode realizar-se não por via de mudanças lentas, não por via de reformas, mas unicamente por via da transformação qualitativa do regime capitalista, por via da revolução.

Isto significa que para não se errar em política, é preciso ser revolucionário e não reformista.

Prossigamos. Se o desenvolvimento se efectua por via da revelação das contradições internas, por via da confrontação de forças opostas que estão na base destas contradições com vista à sua superação, então é claro que a luta de classes do proletariado constitui um fenómeno perfeitamente natural e inevitável.

Isto significa que não se deve dissimular as contradições do regime capitalista, mas sim revelá-las e expô-las, não se deve abafar a luta de classes, mas sim levá-la até ao fim.

Isto significa que para não se errar em política, é preciso seguir uma política proletária de classe intransigente, e não uma política reformista de harmonia de interesses entre o proletariado e a burguesia, e não uma política conciliadora de «integração» do capitalismo no socialismo.

Eis pois no que consiste o método dialéctico marxista aplicado à vida social e à história da sociedade.

No que respeita ao materialismo filosófico marxista, ele é na sua base o directo oposto do idealismo filosófico.

2) *O materialismo filosófico marxista* caracteriza-se pelos seguintes traços fundamentais:

a) Contrariamente ao idealismo que considera o mundo como a encarnação da «ideia absoluta», do «espírito universal», da «consciência, o materialismo filosófico de Marx parte do princípio de que o mundo é, pela sua natureza, *material*, que os multifacetados fenómenos do mundo constituem diversos tipos da matéria em movimento, que a conexão e o condicionamento recíproco dos fenómenos, estabelecido pelo método dialéctico, constituem leis do desenvolvimento da matéria em movimento, que o mundo se desenvolve segundo as leis do movimento da matéria e não necessita de nenhum «espírito universal».

«*A concepção materialista*» – assinala Engels – «*significa simplesmente a compreensão da natureza tal como ela se apresenta, sem quaisquer adjunções estranhas*». ²⁹

Referindo-se à visão materialista do filósofo da antiguidade Heraclito, segundo o qual «*o mundo, o mesmo para todos, nenhum dos deuses nem dos homens o fez, mas ele foi, é e será fogo sempre vivo, acendendo-se com medida e apagando-se com medida*», Lénine observa: «*Uma exposição muito boa dos princípios do materialismo dialéctico*». ³⁰

b) Contrariamente ao idealismo que afirma que só a nossa consciência existe realmente, que o mundo material, o ser, a natureza existem unicamente na nossa consciência, nas nossas sensações, representações, conceitos, o materialismo filosófico marxista parte do princípio de que a matéria, a natureza, o ser são uma realidade objectiva que existe fora e independentemente da consciência, que a matéria é primária, uma vez que ela é a fonte das sensações, das representações, enquanto que a consciência é secundária, derivada, uma vez que ela é o reflexo da matéria, o reflexo do ser, que o pensamento é um produto da matéria, quando esta atinge no seu desenvolvimento um alto grau de perfeição, mais concretamente é um produto do cérebro e o cérebro, o órgão do pensamento, que por isso não se pode separar o pensamento da matéria, sob pena de se cair num erro grosseiro.

²⁹ Friedrich Engels, *A Dialéctica da Natureza*, Marx e Engels, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1961, Tomo 20, pág. 513. (*N. do T.*)

³⁰ «*Conspecto do livro de Lassalle A Filosofia de Heraclito, O Obscuro, de Éfeso*», V.I. Lénine, ed. cit., Lisboa, 1989, Tomo VI, pág. 293. (*N. do T.*)

«A questão da relação do pensar com o ser do espírito com a natureza» – afirma Engels – é «a questão suprema da filosofia no seu conjunto (...) Conforme esta questão era respondida desta ou daquela maneira, os filósofos cindiam-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmavam a originalidade do espírito face à Natureza (...) formavam o campo do idealismo. Os outros, que viam a Natureza como o originário, pertencem às diversas escolas do materialismo».³¹

E mais adiante:

«O mundo material, sensivelmente perceptível, a que nós próprios pertencemos, é o único real e de que a nossa consciência e pensar, por muito supra-sensíveis que pareçam, são produto de um órgão material, corpóreo, do cérebro. A matéria não é um produto do espírito, mas o espírito é ele próprio apenas o produto supremo da matéria.»³²

Quanto à questão da matéria e do pensamento, Engels declara:

«É impossível separar o pensamento da matéria que pensa. Esta matéria é o abstracto de todas as mudanças».³³

Caracterizando o materialismo filosófico marxista, Lênine afirma:

«O materialismo em geral reconhece o ser objectivamente real (a matéria), independente da consciência, da sensação, da experiência (...) A consciência (...) é apenas um reflexo do ser, no melhor dos casos um seu reflexo aproximadamente fiel (adequado, idealmente preciso).»³⁴

E mais noutro passo:

- «A matéria é o que, agindo sobre os nossos órgãos dos sentidos, produz a sensação; a matéria é uma realidade objectiva que nos é dada na sensação».³⁵ (...) «A matéria, a natureza, o ser, o físico são o primário, enquanto o espírito, a consciência, a sensação, o psíquico são o secundário.»³⁶

- «O quadro do mundo é um quadro de como a matéria se move e de como “a matéria pensa”.»³⁷

- «O cérebro» é “o órgão do pensamento”.³⁸

c) Contrariamente ao idealismo que contesta a possibilidade de conhecer o mundo e as suas leis, não acredita na fidedignidade dos nossos conhecimentos, não reconhece a verdade objectiva e considera que o mundo está repleto de «coisas em si» que a ciência nunca pode conhecer, o materialismo filosófico marxista parte do princípio de que o mundo e as suas leis são inteiramente cognoscíveis, que o nosso conhecimento das leis da natureza, verificado pela experiência, pela prática, é fidedigno e tem o valor de verdade objectiva, que não há no mundo coisas incognoscíveis, mas simplesmente coisas ainda não conhecidas que serão descobertas e conhecidas através dos meios da ciência e da prática.

Criticando a tese de Kant e de outros idealistas segundo a qual o mundo e as «coisas em si» são incognoscíveis, Engels defende a conhecida tese do marxismo que afirma a autenticidade dos nossos conhecimentos. A este propósito escreve:

«A mais percuciente refutação desta, como de todas as outras tintas filosóficas, é a prática, nomeadamente, a experimentação e a indústria. Quando nós podemos demonstrar a correcção da nossa concepção de um processo natural, fazendo-o nós a ele próprio, produzindo-o a partir

³¹ Friedrich Engels, *Ludwig Feurbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1985, Tomo III, pág. 388. (N. do T.)

³² Idem, *ibidem*, pág. 391. (N. do T.)

³³ Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, introdução especial para a edição inglesa de 1892, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1985, Tomo III, pág. 109. (N. do T.)

³⁴ V.I. Lênine, *Materialismo e Empiriocriticismo, Notas Críticas sobre uma Filosofia Reaccionária*, Edições «Avante!», Lisboa, 1982, pág. 247. (N. do T.)

³⁵ Idem, pág. 110. (N. do T.)

³⁶ Idem, pág. 111. (N. do T.)

³⁷ Idem, pág. 267. (N. do T.)

³⁸ Idem, pág. 115. (N. do T.)

das suas condições, fazendo-o, acima de tudo, tornar-se utilizável para objectivos nossos, põe-se fim à inapreensível “coisa em si” de Kant. As matérias químicas produzidas em corpos vegetais e animais permaneceram tais “coisas em si” até a química orgânica as ter começado a preparar uma após outra; com isso, a “coisa em si” tornou-se uma coisa para nós, como, por exemplo, a matéria corante da ruiva-dos-tintureiros, a alizarina, que já não fazemos crescer nos campos nas raízes de ruiva-dos-tintureiros, mas tiramos muito mais barato e mais simplesmente do alcatrão de hulha. O sistema solar copernicano foi durante 300 anos uma hipótese, em que se podia apostar cem, mil, dez mil, contra um, mas, no entanto, sempre uma hipótese; mas, quando Leverrier, a partir dos dados fornecidos por este sistema, calculou não só a necessidade da existência de um planeta desconhecido, como também o lugar em que esse planeta tinha de estar no céu, e quando Galle encontrou realmente, então, esse planeta, nessa altura, o sistema copernicano foi provado.»³⁹

Acusando de fideísmo Bogdánov, Bazárov, Iuchekévitch e outros partidários de Mach, Lénine defende a conhecida tese do materialismo que afirma que os nossos conhecimentos científicos das leis da natureza são fidedignos e que as leis da ciência constituem verdades objectivas. A este propósito escreve:

«O fideísmo contemporâneo não rejeita de forma nenhuma a ciência; rejeita apenas as “pretensões excessivas” da ciência, a saber, a pretensão à verdade objectiva. Se existe uma verdade objectiva (como pensam os materialistas), se as ciências da natureza, reflectindo o mundo exterior na “experiência” humana, são as únicas capazes de nos dar a verdade objectiva, qualquer fideísmo é absolutamente refutado.»⁴⁰

Tais são resumidamente os traços característicos do materialismo filosófico marxista.

É fácil perceber qual a enorme importância da generalização dos princípios do materialismo filosófico ao estudo da vida social, da história da sociedade, qual a enorme importância que tem a sua aplicação à história da sociedade e à acção prática do partido do proletariado.

Se a conexão dos fenómenos naturais e o seu condicionamento recíproco são leis do desenvolvimento da natureza, então a conexão e o condicionamento recíproco dos fenómenos da vida social são também não uma causalidade, mas leis do desenvolvimento da sociedade.

Isto significa que a vida social, a história da sociedade deixa de ser uma acumulação de «casualidades», uma vez que a história da sociedade passa a ser o desenvolvimento natural da sociedade, e o estudo da história da sociedade transforma-se em ciência.

Isto significa que a acção prática do partido do proletariado deve basear-se não em desejos louváveis de «personalidades eminentes», não nas exigências da «razão», da «moral universal», etc., mas nas leis do desenvolvimento da sociedade, no estudo destas leis.

Prossigamos. Se o mundo é cognoscível e o nosso conhecimento das leis do desenvolvimento da natureza é fidedigno e tem o valor de verdade objectiva, então a vida social, o desenvolvimento da sociedade é igualmente cognoscível e os dados da ciência sobre as leis do desenvolvimento da sociedade são fidedignos e têm o valor de verdades objectivas.

Isto significa que a ciência que estuda a história da sociedade, não obstante toda a complexidade dos fenómenos da vida social, pode tornar-se numa ciência, tão exacta como por exemplo a biologia, capaz de utilizar as leis do desenvolvimento da sociedade na aplicação prática.

Isto significa que o partido do proletariado, na sua acção prática, deve guiar-se não por quaisquer razões fortuitas, mas pelas leis do desenvolvimento da sociedade e conclusões práticas que delas decorrem.

Isto significa que o socialismo deixa de ser um sonho sobre um futuro melhor da humanidade e se transforma em ciência.

Isto significa que a ligação da ciência e da acção prática, da teoria e da prática, a sua unidade, deve tornar-se a estrela polar do partido do proletariado.

³⁹ Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1985, Tomo III, págs. 389-390. (N. do T.)

⁴⁰ V.I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, ed. cit., Lisboa, 1982, pág. 94. (N. do T.)

Prossigamos. Se a natureza, o ser, o mundo material, é primária, enquanto a consciência, o pensamento, é secundária, derivada, se o mundo material constitui uma realidade objectiva, existindo independentemente da consciência das pessoas, enquanto a consciência é um reflexo desta realidade objectiva, então a vida material da sociedade, o seu ser, é igualmente primária e a sua vida espiritual, secundária, derivada; a vida material da sociedade é uma realidade objectiva, existindo independentemente da vontade das pessoas, enquanto a vida espiritual da sociedade é o reflexo desta realidade objectiva, o reflexo do ser.

Isto significa que é preciso procurar a fonte da vida espiritual da sociedade, da origem das ideias sociais, das teorias sociais, das opiniões políticas, das instituições políticas, não nas próprias ideias, teorias, opiniões e instituições políticas, mas nas condições da vida material da sociedade, no ser social, do qual estas ideias, teorias, concepções, etc., são o reflexo.

Isto significa que, se nos diferentes períodos da história da sociedade observamos diferentes ideias e teorias sociais, diferentes opiniões e instituições políticas, se encontramos no regime escravagista certas ideias e teorias sociais, certas opiniões e instituições políticas, enquanto no feudalismo encontramos outras, e no capitalismo, outras ainda, tal se explica então não pela «natureza» nem pela «peculiaridade» das próprias ideias, teorias, opiniões e instituições políticas, mas pelas condições diversas da vida material da sociedade nos diferentes períodos do desenvolvimento social.

Qual a existência da sociedade, quais as suas condições materiais de vida, tais as suas ideias, as suas teorias, as suas opiniões políticas, as suas instituições políticas.

A este propósito Marx escreveu:

«Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.»⁴¹

Isto significa que para não se errar em política e não se cair em sonhos vãos, o partido do proletariado deve basear a sua acção não em «princípios» abstractos da «razão humana», mas nas condições concretas da vida material da sociedade, força decisiva do desenvolvimento social, não em desejos louváveis das «grandes figuras», mas nas necessidades reais do desenvolvimento da vida material da sociedade.

A decadência dos utopistas, incluindo os populistas, os anarquistas e os socialistas-revolucionários, explica-se, entre outras razões, pelo facto de que não reconheciam o papel primordial das condições da vida material da sociedade no seu desenvolvimento e, caindo no idealismo, construíam a sua acção prática não na base das necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, mas, independentemente e a despeito delas, na base de «planos ideais» e «projectos universais» desligados da vida real da sociedade.

A força e a vitalidade do marxismo-leninismo residem precisamente no facto de se apoiar na sua actividade prática precisamente nas necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, sem nunca se desligar da vida real da sociedade.

No entanto, não decorre das palavras de Marx que as ideias e as teorias sociais, as opiniões e as instituições políticas não têm importância na vida da sociedade, que elas não exercem, por sua vez, uma influência sobre o ser social, sobre o desenvolvimento das condições materiais da vida da sociedade. Até agora apenas nos referimos à *origem* das ideias e teorias sociais, das opiniões e instituições políticas, ao seu aparecimento, ao facto de que a vida espiritual da sociedade é o reflexo das condições da sua vida material. No que respeita à *importância* das ideias e teorias sociais e das opiniões e instituições políticas, no que respeita ao seu *papel* na história, o materialismo histórico não só não nega como, pelo contrário, sublinha o seu grande papel e significado na vida social, na história da sociedade.

Mas as ideias e teorias sociais não todas iguais. Há velhas ideias e teorias ultrapassadas que servem os interesses das forças sociais obsoletas. A sua importância é que travam o

⁴¹ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, prefácio, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1982, Tomo I, pág. 531. (N. do T.)

desenvolvimento da sociedade, a sua marcha progressiva. Há ideias novas e teorias avançadas que servem os interesses das forças de vanguarda da sociedade. A sua importância é que facilitam o desenvolvimento da sociedade, o seu progresso, sendo tanto maior a sua importância quanto maior for a fidelidade com que reflectem as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade.

As ideias e teorias sociais novas surgem unicamente depois de o desenvolvimento da vida material ter colocado novas tarefas perante a sociedade. Mas uma vez surgidas, elas tornam-se na força mais importante, que facilita a resolução das novas tarefas colocadas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade e o seu progresso. É precisamente aqui que se manifesta a formidável importância organizadora, mobilizadora e transformadora das novas ideias e teorias, das opiniões e instituições políticas novas. Na realidade, as novas ideias e teorias sociais surgem porque são necessárias à sociedade, porque sem a sua acção organizadora, mobilizadora e transformadora é *impossível* a resolução das tarefas prementes do desenvolvimento da vida material da sociedade. Surgindo na base das novas tarefas colocadas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade, as novas ideias e teorias sociais abrem caminho, tornam-se património das massas populares, mobilizam-nas e organizam-nas contra as forças obsoletas da sociedade, e facilitam deste modo o derrube das forças caducas que travam o desenvolvimento da vida material da sociedade.

É assim que as ideias e teorias sociais e as instituições políticas surgidas na base das tarefas candentes do desenvolvimento da vida material da sociedade, do desenvolvimento do ser social, agem elas próprias a seguir sobre o ser social, sobre a vida material da sociedade, criando as condições necessárias para levar a cabo a resolução das tarefas prementes da vida material da sociedade e tornar possível o seu subsequente desenvolvimento.

A este propósito Marx afirmou:

«A teoria transforma-se em força material logo que penetra nas massas». ⁴²

Isto significa que para ter a possibilidade de agir sobre as condições da vida material da sociedade e acelerar o seu desenvolvimento, o partido do proletariado deve apoiar-se numa teoria social, numa ideia social que reflecta correctamente as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, e que, em função disto, seja capaz de pôr em movimento as amplas massas populares, de mobilizá-las e organizá-las no grande exército do partido proletário, pronto para derrotar as forças reaccionárias e abrir caminho às forças de vanguarda da sociedade.

A decadência dos «economistas» e dos mencheviques explica-se, entre outras razões, pelo facto de não reconhecerem o papel mobilizador, organizador e transformador da teoria de vanguarda, da ideia de vanguarda, de reduzirem o seu papel quase a zero, caindo no materialismo vulgar. Em consequência condenaram o partido à passividade, a um estado vegetativo.

A força e a vitalidade do marxismo-leninismo assentam no facto de que ele se apoia numa teoria de vanguarda que reflecte correctamente as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, coloca a teoria à altura que lhe é devida, e considera seu dever utilizar a fundo a sua força mobilizadora, organizadora e transformadora.

É desta forma que o materialismo histórico resolve a questão das relações entre o ser social e a consciência social, entre as condições de desenvolvimento da vida material e o desenvolvimento da vida espiritual da sociedade.

3) O materialismo histórico

Resta ainda uma questão por esclarecer: o que se deve entender, do ponto de vista do materialismo histórico, por «condições materiais de vida da sociedade» que, em última instância, determinam a fisionomia da sociedade, as suas ideias, as suas concepções, instituições políticas, etc.?

⁴² Karl Marx, *Para a Crítica da Filosofia do direito de Hegel, prefácio*, Marx e Engels, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1955, Tomo 1, pág. 422. (N. do T.)

O que são, em concreto, as «condições materiais de vida da sociedade», quais os seus traços distintivos?

Não há dúvida de que na noção de «condições materiais de vida da sociedade» se inclui, em primeiro lugar, a natureza circundante à sociedade, o meio geográfico, que é uma das condições necessárias e constantes da vida material da sociedade e, naturalmente, influi no seu desenvolvimento. Qual é o papel do meio geográfico no desenvolvimento da sociedade? Constituirá o meio geográfico a principal força que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social dos homens, a passagem de um regime a outro?

A esta pergunta, o materialismo histórico responde negativamente.

O meio geográfico é indiscutivelmente uma das condições constantes e necessárias do desenvolvimento da sociedade e influencia-o, naturalmente, acelerando-o ou retardando-o. Porém, a sua influência não é *determinante*, uma vez que as mudanças e o desenvolvimento da sociedade se operam com uma rapidez incomparavelmente maior do que as mudanças e desenvolvimento do meio geográfico. No decurso de três mil anos, na Europa sucederem-se três regimes sociais: o comunismo primitivo, o escravagismo e o regime feudal, e no Leste da Europa, na URSS, sucederam-se quatro. Ora durante este período as condições geográficas da Europa não sofreram qualquer mudança ou se sofreram foi tão insignificante que a geografia nem sequer o regista. O que é natural. É preciso milhões de anos para que se operem mudanças significativas no meio geográfico, enquanto que mesmo para mudanças maiores no regime social humano bastam algumas centenas ou um par de milhares de anos.

Daqui decorre que o meio geográfico não pode ser a causa fundamental, *determinante*, do desenvolvimento social, uma vez que aquilo que permanece quase imutável durante dezenas de milhares de anos não pode ser a causa principal do desenvolvimento do que sofre mudanças radicais no espaço de algumas centenas de anos.

É certo, de seguida, que o crescimento da população, a sua maior ou menor densidade, faz também parte da noção de «condições materiais da vida da sociedade», uma vez que as pessoas são um elemento necessário das condições materiais de vida da sociedade e que sem um determinado número mínimo de indivíduos não existe qualquer vida material da sociedade. Constituirá o crescimento da população a força principal que determina o carácter do regime social dos homens?

A esta pergunta, o materialismo histórico responde também negativamente.

O crescimento da população influi, naturalmente, no desenvolvimento da sociedade, facilitando-o ou retardando-o, mas não pode ser a força principal do desenvolvimento social e a influência que exerce sobre ele não pode ser *determinante*, uma vez que, por si só, o crescimento da população não nos fornece a chave para explicar a razão por que dado regime social é substituído por precisamente tal novo regime e não por outro qualquer, a razão por que o regime de comunismo primitivo foi substituído precisamente pelo regime escravagista, o escravagista pelo regime feudal e este pelo burguês, e não por quaisquer outros.

Se o crescimento da população fosse a força determinante do desenvolvimento social, uma maior densidade populacional teria obrigatoriamente que engendrar um tipo correspondente de regime social mais elevado. Na realidade, porém, não é isso que se observa. A densidade populacional da China é quatro vezes superior à dos EUA, no entanto, do ponto de vista do desenvolvimento social, os EUA estão num nível superior à China, uma vez que neste último ainda predomina o feudalismo enquanto que o primeiro já atingiu o estágio superior de desenvolvimento do capitalismo. A densidade da população da Bélgica é 19 vezes maior que a dos EUA e 26 vezes maior que a da URSS. No entanto, os Estados Unidos estão num nível mais elevado que a Bélgica no que respeita ao seu desenvolvimento social, enquanto a Bélgica leva toda uma época histórica de atraso em relação à URSS, já que enquanto o regime capitalista domina na Bélgica, a URSS já liquidou o capitalismo e instaurou o regime socialista.

Daqui decorre que o crescimento da população não é nem pode ser a força principal do desenvolvimento da sociedade, a força que *determina* o carácter do regime social, a fisionomia da sociedade.

a) Qual é então a força principal no sistema das condições materiais de vida da sociedade, que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social, o desenvolvimento da sociedade de um regime social para outro?

O materialismo histórico considera que tal força é o *modo de obtenção dos meios de existência* necessários à vida das pessoas, o *modo de produção dos bens materiais*, dos alimentos, do vestuário, do calçado, da habitação, dos combustíveis, dos instrumentos de produção, etc., necessários para que a sociedade possa viver e desenvolver-se.

Para viver é preciso ter alimentos, vestuário, calçado, habitação, combustíveis, etc., para obter estes bens materiais é preciso produzi-los, mas para os produzir é preciso possuir instrumentos de produção, com a ajuda dos quais as pessoas produzem os alimentos, o vestuário, o calçado, a habitação, etc., sendo igualmente necessário produzir estes instrumentos e saber utilizá-los.

Os *instrumentos de produção*, com a ajuda dos quais são produzidos os bens materiais, as *pessoas*, que operam estes instrumentos e realizam a produção dos bens materiais graças a uma *determinada experiência de produção e hábitos de trabalho*, todos estes elementos em conjunto constituem as *forças produtivas* da sociedade.

Mas as forças produtivas constituem apenas um dos aspectos da produção, um dos aspectos do modo de produção, que exprime a relação das pessoas com os objectos e as forças da natureza utilizados para a produção dos bens materiais. O outro aspecto da produção, o outro aspecto do modo de produção, são as relações das pessoas entre si no processo da produção, as *relações de produção* das pessoas. A luta das pessoas com a natureza, a qual utilizam para produzir bens materiais, não é travada isoladamente umas das outras, separadamente, mas em conjunto, em grupos, em sociedades. Por isso a produção é sempre, em todas as condições, uma produção *social*. Na produção de bens materiais, as pessoas estabelecem entre si estas ou aquelas relações recíprocas, estas ou aquelas relações de produção. Estas relações podem ser de cooperação e de ajuda mútua entre homens livres de qualquer exploração, podem ser relações de dominação e subordinação ou podem ser, por último, relações de transição de uma para outra forma de relações de produção. Porém, qualquer que seja o carácter das relações de produção, elas constituem sempre e em todos os regimes um elemento da produção tão necessário como as próprias forças produtivas da sociedade.

«Na produção», afirma Marx, «os homens não actuam só sobre a natureza mas também uns sobre os outros. Produzem apenas actuando conjuntamente dum modo determinado e trocando as suas actividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas ligações e relações uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efectua a sua acção sobre a natureza, se efectua a produção.»⁴³

Consequentemente, a produção, o modo de produção, abarca tanto as forças produtivas da sociedade como as relações de produção entre as pessoas, constituindo assim a materialização da sua unidade no processo da produção de bens materiais.

b) A *primeira especificidade* da produção consiste no facto de nunca ficar durante um longo período no mesmo ponto, e de se encontrar em estado de permanente mudança e desenvolvimento, sendo que estas mudanças no modo de produção provocam inevitavelmente a mudança de todo o regime social, das ideias sociais, das opiniões e instituições políticas, provocam a reorganização de todo o sistema político e social. Nos diferentes degraus do desenvolvimento, as pessoas utilizam diferentes modos de produção ou, em termos grosseiros, levam diferentes tipos de vida. O regime comunitário primitivo tinha o seu modo de produção, o escravagismo tinha outro, o feudalismo, um terceiro, e assim por diante. Nesta conformidade também o regime social, as pessoas, a sua vida espiritual, as suas opiniões e instituições políticas são diferentes.

Qual o modo de produção de uma sociedade, tal é no essencial a própria sociedade, tais são as suas ideias e teorias, as suas opiniões e instituições políticas.

Ou, em termos grosseiros, qual o modo de vida das pessoas, tal é o seu modo de pensar.

⁴³ Karl Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1982, Tomo I, pág. 161. (N. do T.)

Isto significa que a história do desenvolvimento da sociedade é, antes de mais, a história do desenvolvimento da produção, a história dos modos de produção que se sucederam uns aos outros ao longo dos séculos, a história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre as pessoas.

Quer dizer que a história do desenvolvimento social é ao mesmo tempo a história dos próprios produtores de bens materiais, a história das massas trabalhadoras, que são as forças principais do processo de produção e as que efectuam a produção dos bens materiais necessários à existência da sociedade.

Quer dizer que a ciência histórica, se pretende ser uma verdadeira ciência, não pode mais reduzir a história do desenvolvimento social aos actos dos reis e chefes militares, aos actos dos «conquistadores» e «usurpadores» dos Estados, mas deve, antes de mais, ocupar-se da história das massas trabalhadoras, da história dos povos.

Quer dizer que a chave para o estudo das leis da história da sociedade deve ser procurada não na mente das pessoas, nas opiniões e ideias da sociedade, mas no modo de produção praticado pela sociedade em cada período histórico, na economia da sociedade.

Quer dizer que a tarefa primordial da ciência histórica é o estudo e a descoberta das leis da produção, das leis do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, das leis do desenvolvimento económico da sociedade.

Quer dizer que o partido do proletariado, se pretende ser um verdadeiro partido, deve dominar, antes de mais, o conhecimento das leis do desenvolvimento da produção, as leis do desenvolvimento económico da sociedade.

Quer dizer que para não errar em política, o partido do proletariado deve basear-se, tanto na construção do seu programa como na sua acção prática, antes de mais nas leis do desenvolvimento da produção, nas leis do desenvolvimento económico da sociedade,.

c) A *segunda especificidade* da produção consiste no facto de as suas mudanças e o seu desenvolvimento se iniciarem sempre a partir das mudanças e do desenvolvimento das forças produtivas, antes de mais, das mudanças e do desenvolvimento dos instrumentos de produção. As forças produtivas constituem, portanto, o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Primeiro mudam e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade, depois, *em conformidade* com estas mudanças e em *correspondência com elas*, alteram-se as relações de produção das pessoas, as suas relações económicas. Isto não significa no entanto que as relações de produção não influenciam o desenvolvimento das forças produtivas, e que as últimas não dependem das primeiras. Desenvolvendo-se consoante o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção actuam por sua vez sobre o desenvolvimento das forças produtivas, acelerando-o ou retardando-o. A este respeito, deve salientar-se que as relações de produção não podem permanecer atrasadas durante demasiado tempo face ao crescimento das forças produtivas, e em contradição com estas, uma vez que as forças produtivas só podem desenvolver-se plenamente caso as relações de produção correspondam ao carácter e estado das forças produtivas e lhes abram espaço para o seu desenvolvimento. Por isso, por muito que estejam atrasadas face ao desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, mais cedo ou mais tarde, têm de alcançar uma conformidade, e efectivamente alcançam-na, com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, com o carácter das forças produtivas. Em caso contrário assistiríamos a uma ruptura radical da unidade das forças produtivas e das relações de produção no sistema de produção, a uma disrupção no conjunto da produção, a uma crise de produção e à destruição das forças produtivas.

As crises económicas nos países capitalistas – onde a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção está em gritante discordância com o carácter social do processo de produção, com o carácter das forças produtivas – constituem um exemplo do conflito provocado pela desconformidade das relações de produção com o carácter das forças produtivas. As crises económicas, que conduzem à destruição das forças produtivas, resultam desta desconformidade, sendo que esta desconformidade constitui ela própria a base económica da revolução social, cujo

objectivo é destruir as relações de produção existentes e criar novas em correspondência com o carácter das forças produtivas.

Inversamente, a economia socialista da URSS – onde a propriedade social sobre os meios de produção corresponde inteiramente ao carácter social do processo da produção e onde, por esta razão, não há crises económicas nem destruição das forças produtivas – constitui um exemplo da conformidade total entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas.

Por conseguinte, as forças produtivas não constituem apenas o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Elas são também o elemento determinante do desenvolvimento da produção.

Quais as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção.

Se o estado das forças produtivas nos indica quais os instrumentos de produção com que as pessoas produzem os bens materiais de que necessitam, o estado das relações de produção mostranos em que posse estão os *meios de produção* (a terra, as florestas, a água, o subsolo, as matérias primas, os instrumentos de produção, os edifícios de produção, os meios de transporte e de comunicação, etc.), à disposição de quem estes se encontram: à disposição de toda a sociedade ou à disposição de indivíduos particulares, de grupos ou classes, que os utilizam para explorar outros indivíduos, grupos ou classes.

Eis o quadro esquemático do desenvolvimento das forças produtivas desde os tempos remotos até aos nossos dias: passagem dos instrumentos grosseiros de pedra ao arco e à flecha e, na sua sequência, a passagem da caça à domesticação de animais e à pecuária primitiva; passagem dos instrumentos de pedra aos instrumentos de metal (machado de ferro, arado com relha de ferro, etc.) e, relacionado com isto, passagem ao cultivo das plantas e à agricultura; aperfeiçoamento dos instrumentos de metal para a laboração de materiais, surgimento da forja de fole e da olaria e, relacionado com isto, o desenvolvimento do artesanato, a separação do artesanato da agricultura, o desenvolvimento da produção artesanal e depois da manufactura; passagem dos instrumentos de produção artesanal à máquina, e a transformação da produção artesanal-manufactureira em indústria mecanizada; passagem ao sistema de máquinas, e o surgimento da grande indústria mecanizada moderna. Este é em traços muito gerais o quadro do desenvolvimento das forças produtivas sociais ao longo da história da Humanidade. Naturalmente que o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de produção foram efectuados pelas pessoas ligadas à produção e não independentemente destas. Consequentemente, juntamente com os instrumentos de produção, também mudam e se desenvolvem as pessoas – elemento essencial das forças produtivas –, a sua experiência de produção, os seus hábitos de trabalho, a sua perícia na utilização dos instrumentos de produção.

Em correspondência com as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade ao longo da história alteraram-se e desenvolveram-se também as relações de produção entre os homens, as suas relações económicas.

A história conhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

No sistema do comunismo primitivo a base das relações de produção é a propriedade social dos meios de produção, o que corresponde, no fundamental, ao carácter das forças produtivas neste período. Os utensílios de pedra, bem como o arco e a flecha surgidos mais tarde, não permitiam que os indivíduos lutassem isoladamente contra as forças da natureza e os predadores. Para recolher frutos nas florestas, para pescar nos rios, para construir uma qualquer habitação, as pessoas eram obrigadas a trabalhar em conjunto, sob pena de morrerem de fome ou tornarem-se vítimas de predadores ou de tribos vizinhas. O trabalho em conjunto conduz à propriedade comum dos meios de produção bem como dos produtos. Aqui não existe ainda a noção de propriedade privada dos meios de produção, se não considerarmos a propriedade pessoal de certos utensílios de produção, que eram em simultâneo armas de defesa contra os predadores. Aqui não há exploração, não há classes.

No sistema escravagista a base das relações de produção é a propriedade do senhor de escravos tanto sobre os meios de produção como sobre os próprios trabalhadores – os escravos, que podem

ser vendidos, comprados ou abatidos como gado. Estas relações de produção correspondem, no fundamental, ao estado das forças produtivas durante este período. Em vez de utensílios de pedra, agora os indivíduos dispõem já de instrumentos de metal, em vez da elementar economia primitiva de caça, que desconhecia a pecuária ou a agricultura, surge a pecuária, a agricultura, o artesanato e a divisão do trabalho entre estes ramos da produção, surge a possibilidade de trocar produtos entre indivíduos e sociedades, a possibilidade de acumular riqueza nas mãos de um pequeno número, a acumulação efectiva dos meios de produção nas mãos de uma minoria, a possibilidade de submeter a maioria à minoria e a transformação dos membros da maioria em escravos. Aqui já não existe o trabalho conjunto e livre de todos os membros da sociedade no processo de produção – aqui impera o trabalho forçado dos escravos explorados pelos senhores ociosos. Por isso não há também propriedade social dos meios de produção nem dos produtos. Esta foi substituída pela propriedade privada. O senhor de escravos é o primeiro e principal proprietário verdadeiramente genuíno.

Ricos e pobres, exploradores e explorados, gente com plenos direitos e gente privada de direitos, uma cruel luta de classes entre eles – tal é o quadro do regime escravagista.

No sistema feudal a base das relações de produção é a propriedade do senhor feudal sobre os meios de produção e a sua propriedade parcial sobre os trabalhadores – os servos que o senhor feudal já não pode matar, mas pode vender e comprar. A par da propriedade feudal existe com a propriedade individual do camponês e do artesão sobre os instrumentos de produção e sobre a sua exploração particular baseada no trabalho pessoal. Estas relações de produção correspondem, no fundamental, ao estado das forças produtivas durante este período. O aperfeiçoamento da fundição e laboração do ferro, a generalização do arado de ferro e do tear, o desenvolvimento subsequente da agricultura, da horticultura, da vinicultura e da olivicultura; o surgimento das primeiras manufacturas ao lado das oficinas artesanais – são estes os traços característicos do estado das forças produtivas.

As novas forças produtivas exigem que o trabalhador revele alguma iniciativa na produção, pendor e interesse pelo trabalho. Por isso, o senhor feudal renuncia aos escravos, que não têm interesse no trabalho nem revelam qualquer iniciativa, e prefere lidar com os servos que possuem a sua própria exploração, os instrumentos de trabalho e têm algum determinado interesse no trabalho, indispensável para que labore a terra e pague o tributo ao senhor com uma parte da sua colheita.

Aqui a propriedade privada regista um novo desenvolvimento. A exploração é quase tão cruel como no escravagismo, apenas ligeiramente atenuada. A luta de classes entre exploradores e explorados é o traço fundamental do sistema feudal.

No sistema capitalista a base das relações de produção é a propriedade capitalista sobre os meios de produção, já sem propriedade sobre os produtores – os operários assalariados, que o capitalista não pode nem matar nem vender, uma vez que são livres da sujeição pessoal, mas que não dispendo de meios de produção são obrigados a vender a sua força de trabalho ao capitalista e a envergar a canga da exploração para não morrerem de fome. A par da propriedade capitalista sobre os meios de produção existe também, e de forma amplamente generalizada nos primeiros tempos, a propriedade privada dos camponeses e artesãos libertados da servidão sobre os meios de produção, baseada no trabalho individual. No lugar das oficinas artesanais e as manufacturas surgem enormes fábricas e empresas, equipadas com máquinas. No lugar dos domínios senhoriais, que eram explorados com os utensílios primitivos dos camponeses, surgem grandes explorações agrícolas capitalistas, geridas segundo as técnicas da agronomia e providas de maquinaria agrícola.

As novas forças produtivas exigem trabalhadores mais cultos e inteligentes que os embrutecidos e obscuros servos, capazes de compreender a máquina e operá-la correctamente. Por isso os capitalistas preferem lidar com operários assalariados livres dos laços da servidão e suficientemente cultos para operar com máquinas.

Mas ao desenvolver as forças produtivas em dimensões colossais, o capitalismo enredou-se em contradições que não pode resolver. Produzindo cada vez mais mercadorias e reduzindo cada vez mais os preços, o capitalismo agrava a concorrência, arruina a massa dos pequenos e médios proprietários, converte-os em proletários e diminui-lhes o poder de compra, em resultado do que o

escoamento das mercadorias produzidas se torna impossível. Com o alargamento da produção e a concentração de milhões de operários em enormes fábricas e empresas, o capitalismo confere um carácter social ao processo de produção e, desse modo, socava a sua própria base, uma vez que o carácter social do processo de produção exige a propriedade social dos meios de produção, num momento em que estes permanecem sob a propriedade privada capitalista, que é incompatível com o carácter social do processo de produção.

Estas contradições insanáveis entre o carácter das forças produtivas e as relações de produção manifestam-se nas crises cíclicas de sobreprodução, quando os capitalistas, não encontrando uma procura solvente devido ao empobrecimento das massas populares provocado por eles próprios, se vêem obrigados a queimar alimentos, eliminar mercadorias acabadas, suspender a produção e destruir forças produtivas, quando milhões de pessoas são obrigadas a suportar o desemprego e a fome não porque falem mercadorias, mas porque foram produzidas em excesso.

Isto quer dizer que as relações de produção capitalistas já não correspondem ao estado das forças produtivas da sociedade, e entraram em contradição irreconciliável com elas.

Isto quer dizer que o capitalismo está prenhe da revolução, chamada a substituir a actual propriedade capitalista dos meios de produção pela propriedade socialista.

Isto quer dizer que a luta de classes agudizada entre explorados e exploradores é o traço fundamental do sistema capitalista.

No sistema socialista, que por enquanto só foi realizado na URSS, a base das relações de produção é a propriedade social dos meios de produção. Aqui já não há exploradores nem explorados. Os resultados da produção são distribuídos de acordo com o trabalho, segundo o princípio de «quem não trabalha não come». As relações entre os indivíduos no processo de produção caracterizam-se aqui como relações de cooperação fraternal e de ajuda mútua socialista de trabalhadores livres da exploração. As relações de produção estão em inteira conformidade com o estado das forças produtivas, uma vez que o carácter social do processo de produção é reforçado pela propriedade social dos meios de produção.

Por isso a produção socialista da URSS não conhece as crises cíclicas de sobreprodução e todos os seus absurdos.

Por isso as forças produtivas desenvolvem-se aqui num ritmo acelerado, uma vez que as relações de produção que lhes correspondem abrem-lhes campo para esse desenvolvimento.

É este o quadro do desenvolvimento das relações de produção entre os homens no curso da história da Humanidade.

É esta a dependência do desenvolvimento das relações de produção do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, e antes de mais do desenvolvimento dos instrumentos de produção, por força do qual as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas conduzem, mais cedo ou mais tarde, à correspondente alteração e desenvolvimento das relações de produção.

«*O uso e a criação de meios de trabalho*»⁴⁴ – afirma Marx – «*apesar de em germe ser já próprio de certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, e Franklin define o homem como “a toolmaking animal”, um animal que fabrica instrumentos. A mesma importância que tem a estrutura dos vestígios de ossos para o conhecimento da organização de géneros animais extintos, têm os vestígios de meios de trabalho para o ajuizamento de formações económicas da sociedade extintas. O que distingue as épocas económicas não é o que é feito, mas como, com que meios de trabalho é feito (...) Os meios de trabalho não são apenas medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das relações sociais em que se trabalha.*»⁴⁵

E noutras passagens:

a) «*As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirirem novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e ao mudarem o modo de*

⁴⁴ A noção de «meios de trabalho» corresponde em geral à noção de instrumentos de produção. (*Nota da edição soviética*).

⁴⁵ Karl Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, Edições «Avante!», Lisboa, 1990, pág. 208. (*N. do T.*)

produção, a maneira de ganharem a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho-a-braços dar-vos-á a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial.»⁴⁶

b) «*Existe um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável só há a abstracção do movimento.»⁴⁷*

Caracterizando o materialismo histórico formulado no *Manifesto do Partido Comunista*, Engels assinala:

«(...) *A produção económica, e a estrutura social dela necessariamente decorrente, de qualquer época histórica constitui a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da posse comunitária primordial das terras) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diferentes etapas do desenvolvimento social (...) esta luta, porém, atingiu agora uma etapa em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem ao mesmo tempo libertar para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes (...)».⁴⁸*

d) A *terceira especificidade* da produção consiste em que o aparecimento das novas forças produtivas e das novas relações de produção que lhes correspondem não decorre à margem do velho regime, depois do seu desaparecimento, mas no interior do antigo sistema, não como resultado da acção premeditada, consciente, das pessoas, mas de modo espontâneo, inconsciente, independente da sua vontade. Isto acontece deste modo por duas razões.

Em primeiro lugar, porque as pessoas não são livres de escolher este ou aquele modo de produção, uma vez que cada nova geração, ao iniciar a vida, depara-se com forças produtivas e relações de produção já estabelecidas, resultantes do trabalho das gerações anteriores, razão pela qual é obrigada inicialmente a aceitar tudo o que encontra definido no domínio da produção e a adaptar-se a isso para poder produzir bens materiais.

Em segundo lugar, porque ao aperfeiçoarem tal ou tal instrumento de produção, tal ou tal elemento das forças produtivas, as pessoas não têm consciência, não se apercebem nem imaginam os resultados *sociais* que essas melhorias irão produzir, mas pensam somente nos seus interesses quotidianos, na forma de facilitar o seu trabalho e obter para si um qualquer benefício imediato e palpável.

Quando os primeiros indivíduos da sociedade comunitária primitiva, pouco a pouco e às apalpadelas, passaram dos utensílios de pedra aos utensílios de ferro não sabiam nem imaginavam, naturalmente, os resultados *sociais* que esta inovação teria, não compreendiam nem tinham consciência de que a passagem para os utensílios em metal significava uma revolução na produção, que conduziria finalmente ao regime escravagista. Queriam simplesmente facilitar o seu trabalho e obter um proveito imediato e sensível – a sua actividade consciente estava limitada ao quadro estreito deste benefício pessoal quotidiano.

Quando no período do regime feudal a jovem burguesia europeia começou a construir ao lado das pequenas oficinas artesanais as grandes manufacturas, fazendo desse modo avançar as forças produtivas da sociedade, não sabia nem imaginava, naturalmente, as conseqüências *sociais* que teria esta inovação, não tinha consciência nem compreendia que esta «pequena» inovação conduziria a uma tal rearrumação das forças sociais, que necessariamente culminaria na revolução tanto contra o poder da realeza, cuja graça tinha em alta estima, como contra a nobreza, para a qual sonhavam frequentemente entrar os seus melhores representantes. Ela queria simplesmente diminuir o custo da produção de mercadorias, colocar maior número de produtos nos mercados da

⁴⁶ Karl Marx, *Miséria da Filosofia, Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*, publicado em francês, em Paris e Bruxelas, em 1947, *Editions Sociales*, 1968, versão electrónica (www.marxists.org), pág. 46. (N. do T.)

⁴⁷ Idem, *ibidem*, pág. 46. (N. do T.)

⁴⁸ *Manifesto do Partido Comunista*, prefácio de F. Engels à edição alemã de 1883, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa 1982, Tomo I, págs. 98-99. (N. do T.)

Ásia e da recém descoberta América, e obter maiores lucros – a sua actividade consciente estava limitada ao quadro estreito desta prática quotidiana.

Quando os capitalistas russos, juntamente com os capitalistas estrangeiros, instalaram activamente na Rússia a grande indústria mecanizada moderna, deixando o tsarismo intacto e os camponeses à mercê dos latifundiários, não sabiam nem imaginavam, naturalmente, as consequências sociais que teria este importante aumento das forças produtivas, não tinham consciência nem compreendiam que este salto considerável das forças produtivas da sociedade conduziria a uma tal rearrumação das forças sociais, que daria ao proletariado a possibilidade de se unir aos camponeses e fazer triunfar a revolução socialista. Eles queriam simplesmente alargar ao máximo a produção industrial, dominar o imenso mercado interno do país, monopolizar a produção e obter mais lucros da economia nacional – a sua actividade consciente não ia além dos seus estreitos interesses quotidianos práticos.

Em relação a isto, Marx observa:

«(...) *Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.*»⁴⁹

Isto não significa, no entanto, que a alteração das relações de produção, e a passagem das velhas relações de produção para novas, se processa suavemente, sem conflitos, sem convulsões. Pelo contrário, esta passagem opera-se habitualmente por via do derrubamento revolucionário das velhas relações de produção e da instauração de novas. Até dada altura, o desenvolvimento das forças produtivas e as alterações no domínio das relações de produção decorrem de um modo espontâneo, independente da vontade dos homens. Mas isto acontece só até um determinado momento, até ao momento em que as forças produtivas surgidas e em desenvolvimento atingem o devido grau de amadurecimento. Assim que as forças produtivas amadurecem, as relações de produção existentes e as classes dominantes que as representam transformam-se num obstáculo «inultrapassável», que não pode ser removido do caminho senão mediante a actividade consciente das novas classes, pela acção violenta destas classes, pela via da revolução. É então que se manifesta com especial evidência o enorme papel das novas ideias sociais, das novas instituições políticas e do novo poder político, chamados a suprimir pela força as velhas relações de produção. Na base do conflito entre as novas forças produtivas e as velhas relações de produção, na base das novas necessidades económicas da sociedade surgem novas ideias sociais. As novas ideias organizam e mobilizam as massas, as massas juntam-se num novo exército político, formam um novo poder revolucionário e utilizam-no para abolir pela força as velhas regras no domínio das relações de produção e estabelecer novas regras. O processo espontâneo de desenvolvimento dá lugar à actividade consciente das pessoas, o desenvolvimento pacífico à convulsão violenta, a evolução – à revolução.

«(...) *O proletariado*» – afirma Marx – «*na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas relações de produção*».⁵⁰

E noutras passagens:

«*O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção.*»⁵¹

«*A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova.*»⁵²

⁴⁹ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política, prefácio*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1982, Tomo I, pág. 530. (*N. do T.*)

⁵⁰ *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., Lisboa, 1982, Tomo I, pág. 125. (*N. do T.*)

⁵¹ Idem, *ibidem*, pág. 124. (*N. do T.*)

⁵² Karl Marx, *O Capital*, capítulo 24, Livro Primeiro, Tomo III, ed. cit., Lisboa, 1997, pág. 848. (*N. do T.*)

E eis a definição genial da essência do materialismo histórico feita por Marx em 1859, no histórico *Prefácio* ao seu célebre livro *Para a Crítica da Economia Política*:

«Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições económicas de produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que o indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução.»⁵³

Eis o que afirma o materialismo marxista aplicado à vida social, à história da sociedade.

Estes são os traços fundamentais do materialismo dialéctico e histórico.

Por aqui se vê qual a riqueza teórica que Lênine defendeu para o partido contra os ataques dos revisionistas e dos degenerados, e qual o importante significado da publicação do seu livro *Materialismo e Empiriocriticismo* para o desenvolvimento do partido bolchevique.

3. Os bolcheviques e os mencheviques durante os anos da reacção stolipinista. A luta dos bolcheviques contra os liquidacionistas e os otzovistas.

Nos anos da reacção trabalhar nas organizações do partido tornou-se muito mais difícil do que durante o período precedente de desenvolvimento da revolução. O número de membros do partido diminuiu fortemente. Muitos «companheiros de viagem» pequeno-burgueses, sobretudo intelectuais, abandonaram as fileiras do partido, receando as perseguições do governo tsarista.

Lênine indicou que em tais momentos os partidos revolucionários devem completar a sua educação. No período de ascenso da revolução aprenderam a avançar, no período de reacção deviam aprender como retirar em boa ordem, como passar à clandestinidade, como manter e

⁵³ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política, prefácio*, Marx e Engels, ed. cit., Lisboa, 1982, Tomo I, págs. 530-531. (N. do T.)

fortalecer o partido na clandestinidade, como utilizar todas as possibilidades legais, todas as organizações legais, em especial as de massas, para reforçar a sua ligação às massas.

Os mencheviques retiravam em pânico, não acreditando na possibilidade de um novo ascenso da revolução, repudiaram vergonhosamente as reivindicações revolucionárias do programa e as palavras de ordem revolucionárias do partido, queriam liquidar, destruir, o partido clandestino revolucionário do proletariado. Foi por isso que começaram a ser chamados de *liquidacionistas*.

Ao contrário dos mencheviques, os bolcheviques estavam convencidos de que nos próximos anos sobreviria um novo ascenso da revolução, e que o partido tinha o dever de preparar as massas para esse novo ascenso. As tarefas fundamentais da revolução não estavam resolvidas. O campesinato não obtivera as terras senhoriais, os operários não tinham conseguido a jornada de oito horas, a autocracia tsarista, odiada pelo povo, não tinha sido derrubada e as pequenas liberdades políticas, que haviam sido conquistadas em 1905, voltavam a ser asfixiadas. Deste modo continuavam intactas as causas que tinham gerado a revolução de 1905. Por isso os bolcheviques estavam convencidos de novo ascenso do movimento revolucionário, e preparavam-se para esse momento reunindo as forças da classe operária.

Os bolcheviques assentavam a sua convicção da inevitabilidade de um novo afluxo revolucionário ainda no facto de a revolução de 1905 ter ensinado os operários a conquistar os seus direitos pela luta revolucionária de massas. Nos anos da reacção e da ofensiva do capital, os operários não podiam esquecer as lições de 1905. Lénine citou cartas de operários em que estes, relatando as perseguições e humilhações reiniciadas pelos industriais, afirmavam: «*Não perdem pela demora, virá um novo 1905*».

O principal objectivo político dos bolcheviques continuava a ser o mesmo de 1905: derrubar o tsarismo, concluir a revolução democrático-burguesa, passar à revolução socialista. Sem esquecerem por um instante este objectivo, os bolcheviques continuaram a lançar as consignas revolucionárias essenciais: uma república democrática, a confiscação da terra aos latifundiários, a jornada de oito horas.

Todavia a *táctica* do partido não podia manter-se igual à do período de ascenso da revolução de 1905. Não era possível, por exemplo, nos tempos mais próximos apelar às massas para a greve geral política ou para a insurreição armada, uma vez que se vivia um período de refluxo do movimento revolucionário, de um enorme cansaço da classe operária e de um sério reforço das classes reaccionárias. O partido tinha de ter em conta a nova situação. Era preciso substituir a *táctica* ofensiva pela *táctica* defensiva, pela *táctica* da acumulação de forças, pela *táctica* da retirada dos quadros para a clandestinidade e do trabalho do partido na clandestinidade, pela *táctica* da conjugação do trabalho ilegal do partido com o trabalho nas organizações operárias legais.

E os bolcheviques conseguiram realizar esta tarefa.

«*Fomos capazes de trabalhar durante longos anos antes da revolução. Não foi em vão que nos chamaram empedernidos. Os sociais-democratas constituíram um partido proletário que não desanima com o fracasso do primeiro assalto militar, que não perde a cabeça nem se deixará arrastar em aventuras*»,⁵⁴ escreveu Lénine.

Os bolcheviques lutavam pela preservação e reforço das organizações clandestinas do partido. Porém, ao mesmo tempo consideravam necessário utilizar todas as possibilidades legais, todos os pretextos legais, com a ajuda dos quais se pudesse estabelecer e manter a ligação às massas, e com isso reforçar o partido.

«*Este foi um período de viragem do nosso partido da luta revolucionária aberta contra o tsarismo para os meios indirectos de luta, para a utilização de quaisquer possibilidades legais, desde as associações de socorros mútuos até à tribuna da Duma. Foi um período de recuo depois de termos sido derrotados na revolução de 1905. Esta mudança exigia que adoptássemos novos*

⁵⁴ «*Notas políticas*», publicado no jornal *Proletari*, nº 21, de 26 de Fevereiro de 1908, V.I. Lénine, *Obras Completas*, ed. cit., Moscovo, 1973, Tomo 16, pág. 420. (*N. do T.*)

*métodos de luta para, uma vez acumuladas forças, nos lançarmos de novo na luta revolucionária aberta contra o tsarismo.»*⁵⁵

As organizações legais que restavam serviam de abrigo às organizações clandestinas do partido e de meio de ligação às massas. Para manter esta ligação os bolcheviques utilizavam os sindicatos e outras organizações sociais legais: associações de socorros mútuos, cooperativas operárias, clubes e sociedades culturais, casas do povo. Serviam-se da tribuna da Duma para denunciar a política do governo tsarista, desmascarar os *kadetes*, e atrair os camponeses para o lado dos operários. A preservação da organização clandestina do partido e a direcção através dela de todas as outras formas de acção política garantiam a aplicação da linha política justa e a preparação das forças para o novo afluxo revolucionário.

Os bolcheviques desenvolviam a sua linha revolucionária, lutando em *duas frentes* contra dois tipos de oportunismo no partido: os *liquidacionistas*, inimigos abertos do partido, e os chamados *otzovistas*, inimigos dissimulados do partido.

Lénine e os bolcheviques conduziram uma luta intransigente contra os liquidacionistas desde o surgimento desta tendência oportunista. Lénine declarou que os liquidacionistas eram agentes da burguesia liberal dentro do partido.

Em Dezembro de 1908 realizou-se em Paris a V Conferência (de toda a Rússia) do POSDR. Por proposta de Lénine, esta conferência condenou o liquidacionismo, isto é, a tentativa de certos intelectuais do partido (mencheviques) de «*liquidar a organização existente do POSDR e substituí-la por uma associação descaracterizada, integrada a todo o custo no quadro da legalidade, ainda que esta implicasse a renúncia clara ao programa, à táctica e às tradições do partido.*»⁵⁶

A Conferência apelou a todas as organizações do partido a conduzirem uma luta determinada contra tentativas liquidacionistas.

Mas os mencheviques não acataram esta resolução da Conferência e deslizaram cada vez mais para a via do liquidacionismo, da traição à revolução e da aproximação aos *kadetes*. Cada vez mais abertamente renegavam o programa revolucionário do partido do proletariado: a exigência de uma república democrática, a jornada de oito horas e a confiscação das terras aos latifundiários. Renunciando ao programa e à táctica do partido, contavam que o governo tsarista permitisse a existência aberta e legal de um partido alegadamente «operário». Os mencheviques estavam prontos a conciliarem-se e a adaptarem-se ao regime de Stolípine. Por isso os liquidacionistas eram também chamados de «partido operário de Stolípine».

Ao mesmo tempo que lutavam contra estes adversários declarados da revolução, os liquidacionistas – que eram encabeçados por Dan,⁵⁷ Axelrold e Potréssov,⁵⁸ os quais contavam com

⁵⁵ Discurso de encerramento do ponto sobre o Relatório Político do CC ao XV Congresso do PCU(b), 7 de Fevereiro de 1927, V.I. Stáline, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1949, Tomo 10, pág. 370. (*N. do T.*)

⁵⁶ *O PCUS nas suas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Plenários do CC*, Gossudártvenoi Izdatélstvo Politícheskoi Literaturi, 7ª edição (em russo), Moscovo, 1953, pág. 195. (*N. do T.*)

⁵⁷ Fiódor Ilitch Dan, verdadeiro apelido Gurvitch, (1871-1947), revolucionário desde 1894, adere à facção menchevique em 1903. Em 1917 torna-se um dos dirigentes do Soviete de Deputados Operários e Soldados, mas opõe-se à Revolução de Outubro. Em 1921, após a revolta de Kronchtadt, é expulso da Rússia para a Alemanha. (*N. do T.*)

⁵⁸ Aleksandr Nikoláievitch Potréssov (1869-1934), descendente de uma família nobre, torna-se marxista nos tempos de estudante aderindo à União de Luta pela Emancipação da Classe Operária em 1896, sendo logo preso e deportado por dois anos. Em 1900 junta-se a Lénine para o lançamento de um jornal e vai para o estrangeiro onde se torna membro da redacção do *Iskra* e do *Zariá*. No II Congresso do POSDR (1903) coloca-se ao lado dos mencheviques. Já depois da revolução de 1905-1907, destaca-se como um dos principais ideólogos do liquidacionismo. Apoia a participação dos operários na I Guerra opondo-se, após a revolução de Fevereiro de 1917, à exigência do fim da guerra. Defensor do governo provisório, atribui à burguesia o papel decisivo, como «classe politicamente mais bem preparada para a resolução dos problemas nacionais», vindo a tornar-se um inimigo da revolução socialista de Outubro. Participa em actividades e organizações como «União pelo

a ajuda de Márto, Trótski e outros mencheviques –, os bolcheviques conduziam igualmente uma luta implacável contra os liquidacionistas dissimulados, os *otzovistas*, que disfarçavam o seu oportunismo com um fraseado «esquerdista». Os *otzovistas* eram um grupo de antigos bolcheviques que exigiam que o partido retirasse os deputados operários da Duma e pusesse termo a toda actividade em geral nas organizações legais.

Em 1908 uma parte dos bolcheviques que exigia a retirada dos deputados sociais-democratas da Duma, designados por isso de *otzovistas* [da palavra russa *otzvat* (retirar)], formou um grupo à parte (com Bogdánov, Lunatchárski, Aleksínski,⁵⁹ Pokróvski,⁶⁰ Búbnov⁶¹ e outros), que começou a lutar contra Lénine e a linha leninista. Os *otzovistas* recusavam-se categoricamente a trabalhar nos sindicatos operários e noutras organizações legais, causando assim grave prejuízo à causa operária. Procuravam separar o partido da classe operária, privá-lo da ligação às massas sem partido, queriam fechar-se na organização clandestina, colocando-a desse modo em perigo, uma vez que a privavam da possibilidade de utilizar a cobertura das organizações legais. Os *otzovistas* não compreendiam que na, e através da Duma os bolcheviques podiam influir sobre os camponeses, podiam desmascarar a política do governo tsarista, a política dos *kadetes* os quais, por meio enganoso, procuravam arrastar os camponeses atrás deles. Os *otzovistas* dificultavam a acumulação de forças para o novo afluxo revolucionário. Eram portanto «liquidacionistas ao contrário»: esforçavam-se para eliminar a possibilidade de utilizar as organizações legais e na prática renunciavam à direcção do proletariado das grandes massas sem partido, ao trabalho revolucionário.

A reunião alargada da redacção do jornal bolchevique *Proletari*, convocada em 1909 para discutir a conduta dos *otzovistas*, condenou a acção deste grupo. Os bolcheviques declararam não ter nada em comum com eles e expulsaram-nos da organização.

Tanto os liquidacionistas como os *otzovistas* não passavam de «companheiros de viagem» pequeno-burgueses do proletariado e do seu partido. Chegado um momento difícil para o proletariado, os liquidacionistas e os *otzovistas* revelaram com especial clareza o seu verdadeiro rosto.

Renascimento da Rússia», e é preso em 1919. Libertado pouco depois devido ao seu estado de saúde, é autorizado em 1924 a viajar para o estrangeiro, onde fixa residência, prosseguindo a sua actividade de opositor ao poder dos soviets. (*N. do T.*)

⁵⁹ Grigóri Alekséievitch Aleksínski (1879-1967), dirigente do movimento estudantil moscovita em 1901-1902, torna-se membro do POSDR em 1905, colaborando com em várias publicações bolcheviques, designadamente no jornal *Nóvaia Jizn*. Deputado da II Duma de Estado por Petersburgo, foi um dos oradores mais populares do grupo bolchevique. Em 1909, juntamente com Bogdánov, lidera o grupo esquerdista *Vperiod*. Social-chauvinista na I Guerra, adere ao grupo Unidade (*Edinstvo*) de Plekhánov, após a revolução de Fevereiro de 1917, desenvolve uma intensa actividade antibolchevique, chegando a fabricar documentos que acusavam Lénine de espionagem a favor da Alemanha. Em 1918 é preso pela *Tcheka*. Libertado sob caução foge para o estrangeiro, onde prossegue as suas actividades contra-revolucionárias. Em 1920 é condenado à revelia, sendo-lhe retirado o direito de regressar à Rússia Soviética. (*N. do T.*)

⁶⁰ Mikhail Nikoláievitch Pokróvski (1868-1932), membro do partido desde 1905, candidato do CC em 1907, historiador, participante na revolução de 1905-1907. Entre 1908 e 1917 vive no estrangeiro, onde se liga até 1911 ao grupo antipartido *Vperiod*. Regressa à Rússia em 1917 e participa na insurreição de Outubro em Moscovo, onde se torna presidente do Soviete. Adere ao grupo dos Comunistas de Esquerda e intervém contra o tratado de paz de Brest. Em 1918 é designado vice-comissário da Educação da Rússia. Entre 1923 e 1927 participa activamente na luta contra os trotskistas. Membro da Academia das Ciências da URSS (1929) foi um impulsionador da ciência histórica marxista. (*N. do T.*)

⁶¹ Andrei Sergueievitch Búbnov (1884-1938), membro do partido desde 1903, do CC entre 1917 e 1918 e entre 1924 e 1937 (candidato 1912-1917, 1919-1929 e a partir de 1922), do *Politburo* em Outubro de 1917. Desempenha vários cargos governamentais e partidários, escreve vários trabalhos sobre a história do partido, tornando-se comissário da Educação entre 1929 e 1937. É preso em 1937 e condenado a fuzilamento por actividades contra-revolucionárias pelo Colégio Militar do Supremo Tribunal da URSS. (*N. do T.*)

4. A luta dos bolcheviques contra o trotskismo. O bloco antipartido de Agosto.

Enquanto os bolcheviques conduziam uma luta irreconciliável em duas frentes – contra os liquidacionistas e os *otzovistas* – por uma linha consequente do partido proletário, Trótski apoiava os mencheviques-liquidacionistas. Foi precisamente nesta altura que Lénine lhe chamou o «Pequeno Judas Trótski». Trótski tinha organizado em Viena (Áustria) um grupo literário e começou a editar um jornal alegadamente «acima das facções», que na realidade era um órgão menchevique. Eis o que Lénine escreveu então: «*Trótski comportou-se como o mais infame dos carreiristas e fraccionistas (...) Palavra sobre o partido, mas comporta-se pior que todos os outros fraccionistas.*»⁶²

Mais tarde, em 1912, Trótski foi o organizador do «Bloco de Agosto», que reunia todos os grupos e tendências antibolcheviques contra Lénine e contra o partido bolchevique. Neste bloco hostil ao bolchevismo juntaram-se tanto os liquidacionistas como os *otzovistas*, evidenciando o seu parentesco. Em todas as questões fundamentais Trótski e os trotskistas tinham uma posição liquidacionista. Mas Trótski disfarçava a sua posição liquidacionista com uma máscara de centrista, isto é, da conciliação, afirmando que estava acima tanto dos bolcheviques como dos mencheviques, e que pretendia alegadamente a sua conciliação. A este propósito Lénine disse que Trótski era mais infame e perigoso que os liquidacionistas declarados porque enganava os operários dizendo-se «acima das facções», quando na prática apoiava inteiramente os liquidacionistas-mencheviques. O trotskismo era o principal grupo que pretendia implantar o centrismo.

«*O centrismo*» – escreveu o camarada Stáline – «*é um conceito político. A sua ideologia é a ideologia da adaptação, da subordinação dos interesses do proletariado aos interesses da pequena burguesia na composição de um partido comum. Esta ideologia é estranha e hostil ao leninismo.*»⁶³

Durante este período, Kámenev,⁶⁴ Zinóviev⁶⁵ e Ríkov⁶⁶ revelaram-se na prática agentes encobertos de Trótski, apoiando-o frequentemente contra Lénine. Com a colaboração de Zinóviev,

⁶² «Carta a G.E. Zinóviev», escrita em 24 de Agosto de 1909, em Paris, publicada pela primeira vez em 1933 na *Colectânea Leninista*, tomo XIV, V.I. Lénine, *Obras Completas*, ed. cit., Moscovo, 1970, Tomo 47, pág. 188. (N. do T.)

⁶³ «Sobre a industrialização do País e sobre o desvio de direita no PCU(b)», discurso no Plenário do CC do PCU (b), 19 de Novembro de 1928, V.I. Stáline, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1949, Tomo 11, pág. 282. (N. do T.)

⁶⁴ Lev Boríssovitch Kámenev, verdadeiro apelido Rósenfeld, (1883-1936), membro do partido entre 1901e 1927, 1928-32 e 1933-34, do CC entre 1917 e 1918 e 1919-27, do *Politburo* em 1917 e entre 1919 e 1925 (candidato em 1926). Tal como Zinóviev opôs-se à insurreição armada de 25 de Outubro (7 Novembro) de 1917. Apesar disso, logo após a revolução ocupa por um breve período o posto de chefe de Estado, como presidente do Comité Executivo Central de Toda a Rússia, entre 27 Outubro (9 Novembro) de 1917 e 8 (21) de Novembro do mesmo ano. Torna-se um dos líderes da oposição entre 1925 e 1927. Em 1927 é expulso do partido. Reintegrado no ano seguinte volta a ser expulso em 1932, ano em que é exilado. Em 1933 é de novo admitido no partido, mas em Dezembro de 1934 é preso e julgado. Depois de vários processos, é condenado e executado em 1936 no âmbito do processo do «Centro Trotskista-Zinovievista». (N. do T.)

⁶⁵ Grigóri Evséievitch Zinóviev, verdadeiro nome Evsei-Guerch Arónovitcht Radomílski, (1883-1936), membro do partido entre 1901 e 1927, 1928-32 e 1933-34, do CC entre 1912 e 1927 (candidato desde 1907), do *Politburo* em 1917 e entre 1921 e 1926 (candidato desde 1919). Apesar de se ter oposto à insurreição armada de Outubro de 1917, ocupa o cargo de presidente do Soviete de Petrogrado em Dezembro de 1917 e é novamente eleito para o CC em 1918. Preside ao Comité Executivo do *Komintern* entre 1919 e 1926. Em 1927 é expulso do partido e exilado. Reintegrado em 1928, volta a ser expulso em 1932, preso e condenado a quatro anos de exílio. Expressando arrependimento regressa ao partido, mas em Dezembro de 1934 é de novo preso, julgado e condenado. Por fim, é sentenciado à morte em 1936, confessando-se culpado das actividades contra-revolucionárias de que foi acusado. (N. do T.)

Kámenev, Ríkov e outros aliados não declarados de Trótski, foi convocado, *contra a opinião de Lénine*, um plenário do Comité Central em Janeiro de 1910. Por esta altura, na sequência da prisão de uma série de bolcheviques, a composição do CC tinha-se alterado, e os elementos vacilantes puderam aprovar decisões antileninistas. Assim, neste plenário foi decidido encerrar o jornal bolchevique *Proletari* e conceder apoio financeiro ao jornal *Pravda*, publicado por Trótski em Viena. Kámenev entrou para a redacção do jornal de Trótski e, juntamente com Zinóviev, tentou transformá-lo no órgão do Comité Central.

Só por insistência de Lénine o Plenário de Janeiro do CC aprovou uma resolução de condenação do liquidacionismo e do *otzovismo*, mas mesmo aqui Zinóviev e Kámenev defenderam a proposta trotskista de não se designar os liquidacionistas pelo seu verdadeiro nome.

Aconteceu exactamente o que Lénine havia previsto e prevenido: só os bolcheviques acataram as resoluções do plenário suspendendo a publicação do seu órgão *Proletari*, enquanto os mencheviques continuavam a publicar o jornal fraccionista e liquidacionista *Góloss Sotsial-Demokrata* [«A Voz do Social-Democrata»].

A posição de Lénine foi inteiramente apoiada por Stáline, que publicou um artigo sobre a questão no número 11 do *Sotsial-Democrat*. Este texto condenava o comportamento dos homens de mão do trotskismo e afirmava a necessidade de corrigir a situação anormal criada dentro da facção bolchevique na sequência do comportamento traidor de Kámenev, Zinóviev e Ríkov. O artigo formulava as tarefas imediatas que mais tarde seriam adoptadas na Conferência do partido realizada em Praga: a convocação de uma conferência geral do partido, a publicação de um jornal legal e criação de um centro de direcção na Rússia para a actividade clandestina. Neste artigo, Stáline baseou-se nas resoluções do Comité de Baku que apoiava inteiramente Lénine.

Em contraposição ao Bloco de Agosto antipartido de Trótski, que era integrado exclusivamente por elementos hostis ao partido, desde liquidacionistas e trotskistas até aos *otzovistas* e «construtores de deus», foi criado um bloco de apoio à manutenção e reforço do partido proletário clandestino. Neste bloco estavam os bolcheviques encabeçados por Lénine e um pequeno número de militantes mencheviques dirigidos por Plekhánov. Embora numa série de questões permanecessem nas posições mencheviques, Plekhánov e o seu grupo tinham-se demarcado resolutamente do Bloco de Agosto e dos liquidacionistas e procuravam um entendimento com os bolcheviques. Lénine aceitou a proposta de Plekhánov e formou com ele um bloco provisório contra os elementos antipartido, considerando que tal bloco era vantajoso para o partido e desastroso para os liquidacionistas.

Stáline apoiou incondicionalmente este bloco. Deportado nessa altura, escreveu do exílio uma carta a Lénine em que dizia:

*«Na minha opinião, a linha do bloco (Lénine-Plekhánov) é a única justa: 1) Ela, e só ela, responde aos verdadeiros interesses do trabalho na Rússia, que exige a união de todos os elementos verdadeiramente de partido; 2) ela, e só ela, acelera o processo de libertação das organizações legais do jugo dos liquidacionistas, abrindo um fosso entre os operários-méki [nome abreviado de menchevique] e os liquidacionistas, dispersando e aniquilando os últimos.»*⁶⁷

Graças a uma adequada combinação do trabalho clandestino com o trabalho legal, os bolcheviques conseguiram tornar-se uma força significativa nas organizações operárias legais. Isto traduziu-se, entre outros, na grande influência que exerceram sobre os grupos operários de quatro congressos legais: o das universidades populares, o das mulheres, o dos médicos de fábricas e o do movimento anti-alcoolismo. As intervenções dos bolcheviques nestes congressos legais tiveram um grande significado político, com repercussão em todo o país. Intervindo no Congresso das

⁶⁶ Aleksei Ivánovitch Ríkov (1881-1938), membro do partido desde 1899, do CC (1905-07, 1917-18, 1920-34 e candidato 1907-12 e 1934-37), do *Politburo* (1922-30). Foi presidente do Comissariado do Povo da URSS (1924-1930). Expulso do partido e preso em 1937, é julgado no processo do «Bloco Anti-Soviético Trotskista de Direita», e condenado a fuzilamento em 13 de Março de 1938. (*N. do T.*)

⁶⁷ «Carta ao CC do partido do exílio em Solvitchegodski», 31 de Dezembro de 1910, V.I. Stáline, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1946, Tomo 2, pág. 209. (*N. do T.*)

Universidades Populares, por exemplo, a delegação operária bolchevique desmascarou a política do tsarismo, que asfixiava qualquer tipo de trabalho cultural, e demonstrou que sem a liquidação do tsarismo era impensável um fomento cultural no país. Intervindo no Congresso dos Médicos de Fábricas, a delegação operária descreveu as horríveis condições sanitárias nas quais os operários eram obrigados a trabalhar e a viver para concluir que, sem o derrubamento do regime tsarista, não seria possível criar uma verdadeira medicina nas fábricas.

Pouco a pouco os bolcheviques desalojaram os liquidacionistas das diversas organizações legais que sobreviviam. A singular tática da frente única com o grupo de Plekhánov permitiu aos bolcheviques conquistar uma série de organizações operárias mencheviques (distrito de Viborg, Ekaterinoslav, etc.).

Neste difícil período, os bolcheviques demonstraram exemplarmente como se deve combinar o trabalho legal com o trabalho clandestino.

5. A Conferência do partido em Praga em 1912. Os bolcheviques constituem-se em partido marxista independente.

A luta contra os liquidacionistas e os *otzovistas*, bem como contra os trotskistas, colocava aos bolcheviques a tarefa urgente de se unificarem e constituírem um partido bolchevique independente. Era uma necessidade imperiosa não só para eliminar as tendências oportunistas dentro do partido, que dividiam a classe operária, como também para conseguir reunir as forças da classe operária e prepará-la para o novo afluxo revolucionário.

Mas para realizar esta tarefa era necessário antes de mais depurar o partido dos oportunistas, dos mencheviques.

Já nenhum bolchevique duvidava agora de que a coexistência futura com os mencheviques num só partido se tornara inadmissível. O comportamento de traição dos mencheviques durante o período da reacção de Stolípine, as suas tentativas de liquidar o partido proletário e organizar um novo partido reformista tornavam a ruptura inevitável. Permanecendo no mesmo partido, os bolcheviques assumiam de uma forma ou de outra a responsabilidade moral pelo comportamento dos mencheviques. Ora assumir a responsabilidade moral pela traição aberta dos mencheviques era algo de inadmissível para os bolcheviques, sob pena de eles próprios se tornarem traidores do partido e da classe operária. A unidade com os mencheviques num só partido transformava-se assim numa traição à classe operária e ao seu partido. Era necessário por isso levar até ao fim a ruptura efectiva com os mencheviques, no plano formal e orgânico, e expulsá-los do partido.

Esta era a única via possível para a refundação do partido revolucionário do proletariado com um único programa, uma única tática e uma única organização de classe.

Esta era a única via possível para o estabelecimento de uma unidade efectiva do partido (e não apenas formal), que fora destruída pelos mencheviques.

Esta tarefa deveria ser realizada na VI Conferência Geral do partido organizada pelos bolcheviques.

Mas este objectivo era apenas um dos aspectos do problema. A ruptura formal com os mencheviques e a constituição dos bolcheviques num partido aparte era certamente um objectivo político muito importante. Mas os bolcheviques tinham diante de si uma outra tarefa ainda mais importante. Não se tratava apenas de romper com os mencheviques e constituir um partido independente, mas sobretudo de criar, após a ruptura, um *novo* partido, um partido de *novo tipo*, diferente dos habituais partidos sociais-democratas dos países ocidentais, livre de elementos oportunistas e capaz de conduzir o proletariado na luta pelo Poder.

Na sua luta contra os bolcheviques, todos os mencheviques sem distinção de matizes, desde Axerold e Martínov até Márto e Trótski, utilizaram invariavelmente as armas retiradas do arsenal dos sociais-democratas europeus ocidentais. Queriam ter na Rússia um partido como, por exemplo, os partidos sociais-democratas alemão ou francês. Precisamente por isso lutavam contra os bolcheviques, pressentindo neles algo novo, invulgar, distinto da social-democracia ocidental. O

que eram nessa altura os partidos sociais-democratas do Ocidente? Uma mistura, uma mixórdia de marxistas e elementos oportunistas, de amigos e adversários da revolução, de partidários e adversários do espírito de partido, em que os primeiros se reconciliavam gradualmente no plano ideológico com os segundos, e aos quais gradual e efectivamente se submetiam. Reconciliação com os oportunistas, com os traidores da revolução, em nome de quê? perguntavam os bolcheviques aos sociais-democratas da Europa ocidental. Em nome da «paz dentro do partido», em nome da «unidade», respondiam-lhes. A unidade com quem, com os oportunistas? Sim, com os oportunistas, respondiam aqueles. Era evidente que tais partidos não podiam ser revolucionários.

Os bolcheviques não podiam deixar de ver que depois da morte de Engels os partidos sociais-democratas da Europa ocidental, de partidos da revolução social, tinham começado a degenerar em partidos de «reformas sociais», e cada um destes partidos, como organização, já se tinha transformado de força dirigente em apêndice do seu próprio grupo parlamentar.

Os bolcheviques não podiam ignorar que um tal partido só poderia causar graves prejuízos ao proletariado, que não seria capaz de conduzir a classe operária à revolução.

Os bolcheviques não podiam ignorar que o proletariado não precisa de tais partidos, mas de um outro, novo, um autêntico partido marxista, que se mostre intransigente para com os oportunistas e revolucionário para com a burguesia, que seja solidamente coeso e monolítico, que seja o partido da revolução social, o partido da ditadura do proletariado.

Era precisamente este novo partido que os bolcheviques queriam ter. E construíram-no, prepararam um tal partido. Toda a história da luta contra os «economistas», os mencheviques, os trotskistas, os *otzovistas*, os idealistas de todos os matizes, incluindo os empiriocriticistas, foi a história da preparação precisamente de um tal partido. Os bolcheviques queriam formar um partido novo, um partido *bolchevique*, que pudesse ser um exemplo para todos quantos queriam ter um partido marxista verdadeiramente revolucionário. Era este partido que os bolcheviques preparavam desde os tempos do velho *Iskra*. Fizeram-no com obstinação e tenacidade, contra tudo e todos. Neste trabalho preparatório tiveram um papel fundamental e decisivo obras de Lênine como *Que fazer?*, *Duas tácticas*, e outras. O livro *Que fazer?* foi a preparação *ideológica* deste partido. O livro *Um Passo Em Frente, Dois Passos Atrás* foi a preparação *organizativa*. O livro *As Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* foi a preparação *política*. Finalmente, o livro de Lênine *Materialismo e Empiriocriticismo* foi a preparação *teórica* deste partido.

Pode afirmar-se com segurança que nunca antes na história nenhum grupo político se preparou tão solidamente como o grupo bolchevique para se constituir em partido.

Nestas condições, a constituição dos bolcheviques em partido era um assunto totalmente preparado e amadurecido.

A tarefa da VI Conferência do partido consistia em coroar uma obra já pronta com o acto da expulsão dos mencheviques e a formação de novo partido, o partido dos bolcheviques.

A VI Conferência Nacional do partido realizou-se em Praga, em Janeiro de 1912. Estiveram representadas mais de 20 organizações do partido. Teve por isso a importância formal de um Congresso.

Na convocatória da Conferência, que anunciava o restabelecimento do aparelho central do partido que havia sido destruído e a formação do CC, afirmava-se que os anos de reacção estavam a ser os anos mais difíceis para o partido desde que a social-democracia russa tinha criado a sua organização. Mas apesar de todas as perseguições, dos duros golpes infligidos do exterior, da traição e das oscilações dos oportunistas no seu interior, o partido do proletariado tinha conservado a sua bandeira e a sua organização.

«Não só sobreviveram a bandeira, o programa e os preceitos revolucionários da social-democracia russa como também sobreviveu a sua organização, que, apesar de minada e enfraquecida, nenhuma perseguição foi capaz de aniquilar», afirmava-se na convocatória da Conferência.

A Conferência de Praga assinalou os primeiros sinais do novo afluxo do movimento operário da Rússia e da reanimação do trabalho do partido.

Os relatórios dos delegados permitiram à Conferência constatar que «*por todo o lado nas regiões está a ser levado a cabo um trabalho enérgico junto dos operários sociais-democratas com vista ao reforço das organizações locais e dos grupos clandestinos.*»

A Conferência assinalou que por todo o lado nas regiões era reconhecido o mais importante princípio da tática bolchevique durante o período de recuo: a combinação do trabalho clandestino com o trabalho legal nas diversas associações e uniões operárias legais.

A Conferência de Praga elegeu o Comité Central bolchevique do partido. Integraram-no Lénine, Stáline, Ordjonikídze,⁶⁸ Sverdlov,⁶⁹ Spandarian⁷⁰ e outros. Os camaradas Stáline e Sverdlov foram eleitos na sua ausência uma vez que estavam deportados. O camarada Kalínine foi eleito candidato ao CC.

Foi criado um centro operacional para a direcção do trabalho revolucionário na Rússia (o *Buro da Rússia do CC*), encabeçado pelo camarada Stáline e integrado, entre outros, pelos camaradas Sverdlov, Spandarian, Ordjonikídze, Kalínine.

A Conferência de Praga fez o balanço de toda a luta dos bolcheviques contra o oportunismo e tomou a decisão de expulsar os mencheviques do partido.

Ao expulsar os mencheviques, a Conferência de Praga formalizou a constituição independente do partido bolchevique.

Derrotando ideológica e organicamente os mencheviques e excluindo-os do partido, os bolcheviques puderam conservar a velha bandeira do partido e o nome de POSDR. Por isso, até 1918, continuou a chamar-se Partido Operário Social-Democrata da Rússia, com a palavra «bolchevique» acrescentada entre parênteses.

Nos começos de 1912, Lénine escreveu a Górkí sobre os resultados da Conferência de Praga:

«*Finalmente conseguimos – apesar da canalha liquidacionista – fazer renascer o partido e seu Comité Central. Espero que com isto se alegre connosco.*»⁷¹

Valorizando o significado da Conferência de Praga, Stáline afirmou:

«*Esta Conferência teve uma enorme importância na história de nosso partido, uma vez que traçou uma linha de demarcação entre os bolcheviques e os mencheviques e uniu as organizações de todo o país num partido bolchevique único.*»⁷²

Depois da expulsão dos mencheviques e da constituição dos bolcheviques em partido independente, o partido bolchevique ficou mais sólido e forte. *O partido fortalece-se ao depurar-se*

⁶⁸ Grigóri Konstantínovitch Ordjonikídze (Sergó) (1886-1937), georgiano, membro do partido desde 1903, do CC (1912-17, 1921-27 e a partir de 1930), do *Politburo* desde 1930 (candidato desde 1926). Participante nas revoluções de 1905-1907 e de 1917, ocupou vários cargos no governo e no partido, nomeadamente como presidente do Conselho Superior da Economia Nacional e como comissário da Indústria Pesada. Suicidou-se em 1937. (*N. do T.*)

⁶⁹ Iákov Mikháilovitch Sverdlov (1885-1919), membro do partido desde 1901, do CC desde 1912, dirigiu o secretariado do CC desde 1917, ano em que, por proposta de Lénine, ocupa o posto de Chefe de Estado da Rússia Soviética, como presidente do Comité Executivo Central de Toda a Rússia (VTsIK). (*N. do T.*)

⁷⁰ Suren Spandárovitch Spandarian (1882-1916), arménio, aderiu ao POSDR em 1901. Formou-se na Universidade de Moscovo, onde iniciou a sua actividade política. Participou na revolução de 1905-1907 e integrou o comité do partido de Baku. Na VI Conferência do POSDR, em Praga (Janeiro de 1912), é eleito com Stáline para o CC e *Buro* da Rússia do partido, responsável pela direcção do trabalho no interior do país. Em Março é preso e deportado para a Sibéria onde falece quatro anos depois. Foi um destacado crítico literário, autor de vários trabalhos sobre estética, defensor do princípio partidário leninista na literatura e adversário da teoria da «arte pela arte». (*N. do T.*)

⁷¹ «*Carta a A.M. Górkí*», escrita em Fevereiro de 1912, em Paris, enviada para a Ilha de Capri (Itália), publicada pela primeira vez em 1925 na *Colectânea Leninista*, Tomo III, V.I. Lénine *Obras Completas*, ed. cit., Moscovo, 1970, Tomo 48, pág. 44. (*N. do T.*)

⁷² «Discurso de encerramento do ponto sobre o Relatório Político do CC ao XV Congresso do PCU(b), 7 de Fevereiro de 1927», V.I. Stáline, *Obras*, ed. cit., Moscovo 1949, Tomo 10, pág. 359. (*N. do T.*)

dos elementos oportunistas – eis uma das consignas do partido bolchevique, como partido de novo tipo, diferente por princípio dos partidos sociais-democratas da II Internacional. Os partidos da II Internacional, chamando-se a si próprios marxistas em palavras, na realidade toleravam no seu meio adversários do marxismo, oportunistas declarados, e permitiram-lhes dismantelar e liquidar a II Internacional. Os bolcheviques, pelo contrário, travaram uma luta irreconciliável contra os oportunistas, depuraram o partido proletário da escória do oportunismo e conseguiram criar um partido de novo tipo, o partido leninista, o partido que mais tarde havia de conquistar a ditadura do proletariado.

Se nas fileiras do partido proletário tivessem ficado os oportunistas, o partido bolchevique não teria podido lançar-se ao caminho e levar atrás de si o proletariado, não teria podido tomar o poder e organizar a ditadura proletária, não teria podido sair vencedor da guerra civil, não teria podido construir o socialismo.

Nas suas resoluções, a Conferência de Praga adoptou um programa-mínimo que continha as consignas políticas fundamentais imediatas do partido: república democrática, jornada de oito horas e confiscação de todas as terras dos latifundiários.

Foi sob estas consignas revolucionárias que os bolcheviques realizaram a campanha eleitoral para a IV Duma de Estado.

Foi sob estas consignas que se desenvolveu o novo impulso do movimento revolucionário das massas operárias nos anos de 1912 a 1914.

Breves conclusões

Os anos de 1908 a 1912 foram um período difícilimo para a acção revolucionária. Depois da derrota da revolução, nas condições de refluxo do movimento revolucionário e de cansaço das massas, os bolcheviques mudaram de tática e passaram da luta aberta contra o tsarismo aos meios indirectos. Nas duras condições da reacção stolipinista, os bolcheviques utilizaram as mais pequenas possibilidades legais para manter a ligação às massas (desde as associações operárias de socorros mútuos e sindicatos até à tribuna da Duma). Sem esmorecimento, os bolcheviques reuniram forças para o novo ascenso do movimento revolucionário.

Na difícil situação criada com a derrota da revolução, a desintegração das correntes de oposição, a decepção relativamente à revolução e a intensificação das investidas revisionistas de uma série de intelectuais dissidentes (Bogdánov, Bazárov, etc.) contra os fundamentos teóricos do partido, os bolcheviques foram a única força que não arreou a sua bandeira, que se manteve fiel ao seu programa e que rechaçou os ataques dos «críticos» da teoria marxista (livro de Lénine *Materialismo e Empiriocriticismo*). A tèmpera ideológica marxista-leninista, a compreensão das perspectivas da revolução ajudaram o núcleo fundamental dos bolcheviques, agrupados em torno de Lénine, a defender a causa do partido e os seus princípios revolucionários. «*Não foi em vão que nos chamaram empedernidos*», escreveu Lénine sobre os bolcheviques.

Neste período os mencheviques afastam-se cada vez mais da revolução. Convertem-se em liquidacionistas, exigem a liquidação, a destruição, do partido revolucionário clandestino do proletariado, renegam cada vez mais abertamente o programa as tarefas e as consignas revolucionárias, e tentam organizar o seu próprio partido reformista, que os operários baptizam de «partido operário de Stolípine». Trótski apoia os liquidacionistas, encobrendo-se farisaicamente sob a consigna da «unidade do partido», que era na realidade a unidade com os liquidacionistas.

Por outro lado, uma parte dos bolcheviques, não compreendendo a necessidade de uma viragem para novos métodos indirectos de luta contra o tsarismo, exige a renúncia à utilização das possibilidades legais e a retirada dos deputados operários da Duma. Os *otzovistas* pressionam o partido para que se separe das massas, dificultam a acumulação de forças para o novo afluxo revolucionário. Sob a capa de frases de «esquerda», os *otzovistas* renunciam de facto à luta revolucionária tal como os liquidacionistas.

Liquidacionistas e *otzovistas* unem-se contra Lénine num bloco comum, o Bloco de Agosto, organizado por Trótski.

Na luta contra liquidacionistas e *otzovistas*, contra o Bloco de Agosto, os bolcheviques impõem-se e defendem com êxito o partido proletário clandestino.

O acontecimento capital deste período é a Conferência de Praga do POSDR (Janeiro de 1912). Nesta Conferência os mencheviques são expulsos do partido e põe-se definitivamente fim à união formal com os bolcheviques num só partido. Os bolcheviques deixam de ser um grupo político e constituem-se em partido independente: o Partido Operário Social-Democrata da Rússia (bolchevique). A Conferência de Praga marca o nascimento do partido de novo tipo, o partido do *leninismo*, o partido *bolchevique*.

A depuração do partido proletário dos oportunistas, dos mencheviques, efectuada pela Conferência de Praga, teve uma importância decisiva no desenvolvimento subsequente do partido e da revolução. Se os bolcheviques não tivessem expulsado do partido os traidores da causa operária, os mencheviques-conciliadores, o partido proletário não teria podido levantar as massas para a conquista da ditadura do proletariado no ano 1917.